

BDMG

BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DE MINAS GERAIS

Analista de Desenvolvimento
- Ênfase 1: Gestão, Finanças
e Controladorias

EDITAL Nº 1 – BDMG, DE 01 DE OUTUBRO DE 2024

CÓD: SL-0240T-24
7908433264989

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	12
3. Domínio da ortografia oficial	21
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual; emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	23
5. Emprego de tempos e modos verbais	26
6. Domínio da estrutura morfossintática do período; relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	28
7. Emprego das classes de palavras	31
8. Emprego dos sinais de pontuação	39
9. Concordância verbal e nominal	41
10. Regência verbal e nominal	43
11. Emprego do sinal indicativo de crase	45
12. Colocação dos pronomes átonos	46
13. Reescrita de frases e parágrafos do texto; substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	47
14. Significação das palavras	48

Métodos Quantitativos

1. Matemática Financeira: Juros simples e compostos. Montante e valor presente	53
2. Análise de Investimentos: Valor Presente Líquido (VPL). Taxa Interna de Retorno (TIR). Payback	58
3. Amortização: Sistemas de amortização. Tabela Price. SAC (Sistema de Amortização Constante)	60
4. Estatística: Distribuições contínuas e discretas. Análise de gráficos. Medidas de dispersão (variância, desvio padrão) e medidas de tendência central (média, mediana, moda)	62
5. Probabilidade: Conceitos básicos de probabilidade. Eventos independentes e dependentes	72
6. Raciocínio Lógico: Argumentação. Resolução de problemas. Proposições. Conectivos lógicos. Tabelas verdade	74

Análise De Dados

1. Introdução à Ciência de Dados: Definição. Importância. Aplicações	83
2. Coleta e Limpeza de Dados: Técnicas de coleta. Limpeza. Preparação de dados	84
3. Análise Exploratória de Dados (EDA): Visualização de dados. Identificação de padrões. Insights	97
4. Modelos Estatísticos Básicos: Regressão linear. Regressão logística. Árvores de decisão	98
5. Ferramentas de Data Science e utilização de bibliotecas e ferramentas	100

Noções de Direito

1. Direito administrativo: conceito e fontes do direito administrativo	103
2. Regime jurídico-administrativo: conceito; administração pública: princípios expressos e implícitos da administração pública	106
3. Conteúdo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela administração, dos interesses públicos	117
4. Organização, descentralização, desconcentração, órgãos públicos; administração indireta e entidades paraestatais	118
5. Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito; administração pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo	122
6. Estatuto das estatais – lei nº 13.303/2016 (Título 1 - disposições aplicáveis às empresas públicas e às sociedades de economia mista)	126
7. Noções de direitos humanos	132

Língua Inglesa

1. Conhecimentos básicos	139
2. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	140
3. Vocabulário	141
4. Aspectos gramaticais	149

Atualidades - Digital

1. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como economia, empreendedorismo, educação financeira, inovação e tecnologia, energia, , desenvolvimento sustentável	161
--	-----

Macroeconomia Aplicada a Instituições Financeiras

1. Sistema de contas nacionais.	163
2. Agregados macroeconômicos.....	170
3. Sistema monetário. Conceitos e funções da moeda. Oferta de moeda. Demanda por moeda. Base monetária e multiplicador monetário. Política monetária e regime de metas da inflação	173
4. Conceitos e instrumentos de política fiscal	180
5. Taxas de câmbio e regimes cambiais	182

Mercados Financeiros e de Capitais

1. Estrutura e funcionamento do sistema financeiro nacional	187
2. Mercado monetário	187
3. Mercado de crédito	192
4. Mercado de capitais.....	200
5. Mercado de câmbio	206
6. Mercado futuro.....	208

7. A intermediação financeira e o papel dos reguladores e das instituições que operam nos mercados financeiros e de capitais	214
8. Principais produtos e serviços oferecidos nos mercados financeiros e de capitais	220

Operações Típicas De Instituições Financeiras

1. Conceitos, funções e tipos de instituições financeiras	229
2. Instituições bancárias e não bancárias	230
3. Instrumentos de captação de recursos depósitos à vista. Depósitos a prazo. Operações compromissadas. Operações interfinanceiras. Emissão de títulos e valores mobiliários. Empréstimos e repasses	235
4. Instrumentos de aplicação de recursos. Aplicações interfinanceiras de liquidez títulos e valores mobiliários. Operações de crédito operações de arrendamento mercantil	268
5. Operações com instrumentos financeiros derivativos	284
6. Operações no mercado de câmbio	289
7. Operações e atividades do bancos de desenvolvimento (resolução cmn nº 5.047/2022)	289
8. Prestação de serviços. Custódia de valores. Cobrança. Concessão de garantias. Administração de fundos de investimentos	291
9. Inovações no setor bancário: fintechs, pix, open finance	314

Contabilidade

1. Estrutura conceitual para relatório financeiro	323
2. Patrimônio: composição, equação patrimonial e situação patrimonial líquida	355
3. Fatos contábeis permutativos, modificativos e mistos	360
4. Contas de resultado	361
5. Regras de escrituração contábil do plano contábil das instituições reguladas pelo banco central do brasil (cosif – instituições financeiras): princípios gerais; operações interfinanceiras de liquidez, operações com títulos e valores mobiliários e derivativos; operações de crédito; demonstrações financeiras de divulgação; documentos contábeis de remessa; convergência à norma internacional (resolução cmn nº 4.966/2021)	365
6. As demonstrações financeiras de acordo com a legislação societária: composição, classificação das contas e critérios de avaliação contábil	384
7. Efeitos contábeis das principais operações ativas e passivas das instituições financeiras bancárias	389
8. Análise horizontal e vertical	394

Gestão de Riscos

1. Conceitos e tipos de risco. Risco de crédito. Risco de mercado. Risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (irrb). Risco operacional risco de liquidez. Risco socioambiental e climático	403
2. Gerenciamento integrado de riscos em instituições financeiras. Estrutura de gerenciamento de riscos. Appetite por riscos. Programas de testes de estresse. Gestão de continuidade dos negócios. Governança do gerenciamento de riscos	435
3. Gerenciamento contínuo de capital. Estrutura de gerenciamento de capital. Governança do gerenciamento de capital. Requerimentos de capital para cobertura de riscos de acordo com o comitê de basileia	470

Análise e Gestão De Crédito

1. Conceito e funções do crédito	493
2. Avaliação dos riscos relacionados ao crédito.....	497
3. Classificação do risco de crédito (rating) de bancos.	502
4. Política de crédito.	507
5. Informações voltadas à análise de crédito.....	513
6. Garantias em operações de crédito	518
7. Controle e qualidade do crédito	522
8. Modelos quantitativos e previsão de insolvências	527
9. Reestruturação financeira.....	533
10. Recuperação de crédito	538

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes.

Resposta: Letra B.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as dife-

rentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

Além disso, a ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

– Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

– Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

– Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um dos efeitos de sentido que ocorre nos textos literários quando a personagem tem a consciência de que suas ações não serão bem-sucedidas ou que está entrando por um caminho ruim, mas o leitor já tem essa consciência.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Além disso, há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

Gêneros Discursivos

– **Romance:** descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

– **Conto:** obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

– **Novela:** muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

– **Crônica:** texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

– **Poesia:** apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

– **Editorial:** texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

– **Entrevista:** texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

– **Cantiga de roda:** gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

– **Receita:** texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

Definições e diferenciação: tipos textuais e gêneros textuais são dois conceitos distintos, cada um com sua própria linguagem e estrutura. Os tipos textuais se classificam em razão da estrutura linguística, enquanto os gêneros textuais têm sua classificação baseada na forma de comunicação.

Dessa forma, os gêneros são variedades existentes no interior dos modelos pré-estabelecidos dos tipos textuais. A definição de um gênero textual é feita a partir dos conteúdos temáticos que apresentam sua estrutura específica. Logo, para cada tipo de texto, existem gêneros característicos.

Como se classificam os tipos e os gêneros textuais

As classificações conforme o gênero podem sofrer mudanças e são amplamente flexíveis. Os principais gêneros são: romance, conto, fábula, lenda, notícia, carta, bula de medicamento, cardápio de restaurante, lista de compras, receita de bolo, etc.

Quanto aos tipos, as classificações são fixas, definem e distinguem o texto com base na estrutura e nos aspectos linguísticos.

Os tipos textuais são: narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo. Resumindo, os gêneros textuais são a parte concreta, enquanto as tipologias integram o campo das formas, ou seja, da teoria. Acompanhe abaixo os principais gêneros textuais e como eles se inserem em cada tipo textual:

Texto narrativo: esse tipo textual se estrutura em apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho. Esses textos se caracterizam pela apresentação das ações de personagens em um tempo e espaço determinado. Os principais gêneros textuais que pertencem ao tipo textual narrativo são: romances, novelas, contos, crônicas e fábulas.

Texto descritivo: esse tipo compreende textos que descrevem lugares, seres ou relatam acontecimentos. Em geral, esse tipo de texto contém adjetivos que exprimem as emoções do narrador, e, em termos de gêneros, abrange diários, classificados, cardápios de restaurantes, folhetos turísticos, relatos de viagens, etc.

Texto expositivo: corresponde ao texto cuja função é transmitir ideias utilizando recursos de definição, comparação, descrição, conceituação e informação. Verbetes de dicionário, enciclopédias, jornais, resumos escolares, entre outros, fazem parte dos textos expositivos.

Texto argumentativo: os textos argumentativos têm o objetivo de apresentar um assunto recorrendo a argumentações, isto é, caracteriza-se por defender um ponto de vista. Sua estrutura é composta por introdução, desenvolvimento e conclusão. Os textos argumentativos compreendem os gêneros textuais manifesto e abaixo-assinado.

Texto injuntivo: esse tipo de texto tem como finalidade orientar o leitor, ou seja, expor instruções, de forma que o emissor procure persuadir seu interlocutor. Em razão disso, o emprego de verbos no modo imperativo é sua característica principal. Pertencem a este tipo os gêneros bula de remédio, receitas culinárias, manuais de instruções, entre outros.

Texto prescritivo: essa tipologia textual tem a função de instruir o leitor em relação ao procedimento. Esses textos, de certa forma, impedem a liberdade de atuação do leitor, pois decretam que ele siga o que diz o texto. Os gêneros que pertencem a esse tipo de texto são: leis, cláusulas contratuais, editais de concursos públicos.

GÊNEROS TEXTUAIS

— Introdução

Os gêneros textuais são estruturas essenciais para a comunicação eficaz. Eles organizam a linguagem de forma que atenda às necessidades específicas de diferentes contextos comunicativos. Desde a antiguidade, a humanidade tem desenvolvido e adaptado diversas formas de expressão escrita e oral para facilitar a troca de informações, ideias e emoções.

Na prática cotidiana, utilizamos gêneros textuais diversos para finalidades variadas. Quando seguimos uma receita, por exemplo, utilizamos um gênero textual específico para a instrução culinária. Ao ler um jornal, nos deparamos com gêneros como a notícia, o editorial e a reportagem, cada um com sua função e características distintas.

MÉTODOS QUANTITATIVOS

MATEMÁTICA FINANCEIRA: JUROS SIMPLES E COMPOSTOS. MONTANTE E VALOR PRESENTE

A matemática financeira é um campo com inúmeras aplicações práticas no sistema econômico, sendo fundamental para o entendimento e a administração das finanças pessoais e empresariais. Diversas situações do cotidiano envolvem conceitos de matemática financeira, tais como financiamentos de imóveis e veículos, realização de empréstimos, compras a prazo ou com cartão de crédito, aplicações financeiras e investimentos em bolsas de valores.

Essas movimentações financeiras são frequentemente baseadas na estipulação prévia de taxas de juros. Por exemplo, ao contrair um empréstimo, a forma de pagamento usualmente é feita por meio de prestações mensais que incluem juros, resultando em um valor final superior ao montante inicialmente emprestado. Esse acréscimo é denominado juros.

Mas antes de falar sobre juros, precisamos entender a porcentagem. A porcentagem é uma ferramenta essencial nas finanças, pois ela é usada para calcular taxas de juros, aumentos de preços, retornos de investimentos e etc. Portanto, vamos começar por aí:

Porcentagem

O termo porcentagem se refere a uma fração cujo denominador é 100, representada pelo símbolo (%). Seu uso é tão comum que a encontramos em praticamente todos os aspectos do dia a dia: nos meios de comunicação, em estatísticas, nas etiquetas de preços, nas máquinas de calcular, e muito mais.

A porcentagem facilita a compreensão de aumentos, reduções e taxas, o que auxilia na resolução de exercícios e situações financeiras cotidianas.

Acréscimo

Se, por exemplo, há um acréscimo de 10% a um determinado valor, podemos calcular o novo valor multiplicando esse valor por 1,10, que é o fator de multiplicação. Se o acréscimo for de 20%, multiplicamos por 1,20, e assim por diante. Veja a tabela abaixo:

ACRÉSCIMO OU LUCRO	FATOR DE MULTIPLICAÇÃO
10%	1,10
15%	1,15
20%	1,20
47%	1,47
67%	1,67

Exemplo: Aumentando 10% no valor de R\$10,00 temos:

$$10 \times 1,10 = \text{R\$ } 11,00$$

Desconto

No caso de haver um decréscimo, o fator de multiplicação será:

Fator de Multiplicação = 1 - taxa de desconto (na forma decimal)

Veja a tabela abaixo:

DESCONTO	FATOR DE MULTIPLICAÇÃO
10%	0,90
25%	0,75
34%	0,66
60%	0,40
90%	0,10

Exemplo: Descontando 10% no valor de R\$10,00 temos:

$$10 \times 0,90 = \text{R\$ } 9,00$$

Desconto Composto

O desconto composto é aplicado de forma que a taxa de desconto incide sobre o valor já descontado no período anterior. Para calcular o novo valor após vários períodos de desconto, utilizamos a fórmula:

$$V_n = V_0 \times (1 - \text{taxa})^n$$

Onde:

- V_n é o valor após n períodos de desconto.
- V_0 é o valor original.
- Taxa é a taxa de desconto por período em forma decimal.
- n é o número de períodos.

DESCONTO	FATOR DO 1º PERÍODO	FATOR DO 2º PERÍODO	FATOR DO 3º PERÍODO
10%	0,90	0,81	0,729
25%	0,75	0,5625	0,4218
34%	0,66	0,4356	0,2872
60%	0,40	0,16	0,064
90%	0,10	0,01	0,001

Exemplo: Se aplicarmos um desconto composto de 10% ao valor de R\$100,00 por dois períodos, teremos:

$$100 \times 0,90 \times 0,90 = \text{R\$ } 81,00$$

Lucro

Chamamos de lucro em uma transação comercial de compra e venda a diferença entre o preço de venda e o preço de custo.

$$\text{Lucro} = \text{preço de venda} - \text{preço de custo}$$

Podemos expressar o lucro na forma de porcentagem de duas formas:

$$\text{lucro sobre custo} = \frac{\text{lucro}}{\text{preço do custo}} \cdot 100\%$$

$$\text{lucro sobre a venda} = \frac{\text{lucro}}{\text{preço de venda}} \cdot 100\%$$

Exemplo

(DPE/RR – Analista de Sistemas – FCC/2015) Em sala de aula com 25 alunos e 20 alunas, 60% desse total está com gripe. Se $x\%$ das meninas dessa sala estão com gripe, o menor valor possível para x é igual a

- (A) 8.
(B) 15.
(C) 10.
(D) 6.
(E) 12.

Resolução

$$45 \text{-----} 100\%$$

$$X \text{-----} 60\%$$

$$X=27$$

O menor número de meninas possíveis para ter gripe é se todos os meninos estiverem gripados, assim apenas 2 meninas estão.

$$P = \frac{2}{20} = 0,1 = 10\%$$

Resposta: C.

Após entender os conceitos de porcentagem, podemos nos aprofundar para falar sobre outros tópicos importantes da matemática financeira, como o capital, a taxa de juros, o tempo, o montante, os juros simples e os juros compostos.

Capital

O Capital é o valor aplicado através de alguma operação financeira. Também conhecido como: Principal, Valor Atual, Valor Presente ou Valor Aplicado. Em inglês usa-se Present Value (indicado pela tecla PV nas calculadoras financeiras).

Taxa de juros e Tempo

A taxa de juros indica qual remuneração será paga ao dinheiro emprestado, para um determinado período. Ela vem normalmente expressa da forma percentual, em seguida da especificação do período de tempo a que se refere:

8 % a.a. - (a.a. significa ao ano).

10 % a.t. - (a.t. significa ao trimestre).

Outra forma de apresentação da taxa de juros é a unitária, que é igual a taxa percentual dividida por 100, sem o símbolo %:

0,15 a.m. - (a.m. significa ao mês).

0,10 a.q. - (a.q. significa ao quadrimestre)

Montante

Também conhecido como valor acumulado é a soma do *Capital Inicial* com os *juros* produzidos em determinado *tempo*. Essa fórmula também será amplamente utilizada para resolver questões.

$$M = C + J$$

A fórmula pode ser expressa de duas maneiras:

$$M = C + C \cdot i \cdot n$$

$$M = C(1 + i \cdot n)$$

onde:

M = montante

C = capital inicial

J = juros

i = taxa de juros

n = tempo de aplicação

Valor Presente

O Valor Presente refere-se ao valor atual de uma quantia que será recebida ou paga no futuro, descontando-se os juros ou a taxa de desconto aplicável. É um conceito fundamental para avaliar a viabilidade de investimentos, comparar fluxos de caixa futuros e tomar decisões financeiras informadas.

A fórmula básica para calcular o Valor Presente é:

$$VP = \frac{FV}{(1+i)^t}$$

Onde:

VP = Valor Presente

FV = Valor Futuro

i = Taxa de juros ou desconto por período

t = Número de períodos

Exemplo

Suponha que você deseja saber o valor presente de R\$ 10.000,00 que você receberá daqui a 3 anos, com uma taxa de desconto de 5% ao ano.

$$VP = \frac{10.000}{(1+0,05)^3} \quad VP = \frac{10.000}{1,157625} \quad VP \approx R\$8.638,14$$

Isso significa que, com uma taxa de desconto de 5% ao ano, R\$ 8.638,14 hoje equivalem a R\$ 10.000,00 daqui a 3 anos.

Juros Simples

Os juros simples são a compensação em dinheiro pelo empréstimo de um capital financeiro, a uma taxa combinada, por um prazo determinado, produzida exclusivamente pelo capital inicial. Em juros simples, a remuneração pelo capital inicial aplicado é diretamente proporcional ao seu valor e ao tempo de aplicação.

A expressão matemática utilizada para o cálculo dos juros simples é a seguinte:

$$J = C \cdot i \cdot n$$

onde:

J = juros

C = capital inicial

i = taxa de juros

n = tempo de aplicação (mês, bimestre, trimestre, semestre, ano...)

Observação: A taxa de juros e o tempo de aplicação devem ser referentes ao mesmo período. Ou seja, ambos devem estar em meses, bimestres, trimestres, semestres, anos, etc. Não é possível combinar períodos diferentes, como meses e anos.

Dica: Essa fórmula $J = C \cdot i \cdot n$, lembra as letras das palavras "JUROS SIMPLES" e facilita a sua memorização.

Outro ponto importante é saber que essa fórmula pode ser rearranjada de várias maneiras para obter qualquer um de seus valores. Se você souber três valores, poderá calcular o quarto. Por exemplo, se você souber os Juros (J), o Capital Inicial (C) e a Taxa (i), poderá calcular o Tempo de aplicação (n). Isso vale para qualquer combinação de três valores conhecidos.

Exemplo:

Maria quer comprar uma bolsa que custa R\$ 85,00 à vista. Como não tinha essa quantia no momento e não queria perder a oportunidade, aceitou a oferta da loja de pagar duas prestações de R\$ 45,00, uma no ato da compra e outra um mês depois. A taxa de juros mensal que a loja estava cobrando nessa operação era de:

(A) 5,0%

(B) 5,9%

(C) 7,5%

(D) 10,0%

(E) 12,5%

Resposta Letra "e".

O juros incidiu somente sobre a segunda parcela, pois a primeira foi à vista. Sendo assim, o valor devido seria R\$40 (85-45) e a parcela a ser paga de R\$45.

Aplicando a fórmula $M = C + J$:

$$45 = 40 + J$$

$$J = 5$$

Aplicando a outra fórmula $J = C \cdot i \cdot n$:

$$5 = 40 \cdot i \cdot 1$$

$$i = 0,125 = 12,5\%$$

Juros Compostos

Nos juros compostos, o juro de cada intervalo de tempo é calculado a partir do saldo no início do correspondente intervalo. Isso significa que o juro de cada intervalo de tempo é incorporado ao capital inicial e passa a render juros também.

Quando usamos juros simples e juros compostos?

A maioria das operações envolvendo dinheiro utiliza juros compostos. Isso inclui compras a médio e longo prazo, compras com cartão de crédito, empréstimos bancários, aplicações financeiras usuais como Caderneta de Poupança e aplicações em fundos de renda fixa. Raramente encontramos uso para o regime de juros simples; eles são mais comuns em operações de curtíssimo prazo e no processo de desconto simples de duplicatas.

Cálculo do Montante

O cálculo do montante é dado por:

$$M = C \cdot (1 + i)^t$$

Exemplo:

Calcule o juro composto que será obtido na aplicação de R\$25000,00 a 25% ao ano, durante 72 meses

$$C = 25000$$

$$i = 25\% \text{aa} = 0,25$$

$$t = 72 \text{ meses} = 6 \text{ anos}$$

$$M = C \cdot (1 + i)^t$$

$$M = 25000 \cdot (1 + 0,25)^6$$

$$M = 25000 \cdot (1,25)^6$$

$$M = 95367,50$$

$$M = C + J$$

$$J = 95367,50 - 25000 = 70367,50$$

JUROS

Os juros simples e compostos são cálculos efetuados com o objetivo de corrigir os valores envolvidos nas transações financeiras, isto é, a correção que se faz ao emprestar ou aplicar uma determinada quantia durante um período de tempo¹.

O valor pago ou resgatado dependerá da taxa cobrada pela operação e do período que o dinheiro ficará emprestado ou aplicado. Quanto maior a taxa e o tempo, maior será este valor.

— Diferença entre Juros Simples e Compostos

Nos juros simples a correção é aplicada a cada período e considera apenas o valor inicial. Nos juros compostos a correção é feita em cima de valores já corrigidos.

Por isso, os juros compostos também são chamados de juros sobre juros, ou seja, o valor é corrigido sobre um valor que já foi corrigido.

Sendo assim, para períodos maiores de aplicação ou empréstimo a correção por juros compostos fará com que o valor final a ser recebido ou pago seja maior que o valor obtido com juros simples.

1 <https://www.todamateria.com.br/juros-simples-e-compostos/>

ANÁLISE DE DADOS

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DE DADOS: DEFINIÇÃO. IMPORTÂNCIA. APLICAÇÕES

A ciência de dados emergiu como uma das áreas mais influentes no cenário atual, impulsionada pelo crescimento exponencial da produção de dados e pela necessidade de analisá-los para extrair valor. Em um mundo cada vez mais digital, dados estão sendo gerados em quantidades massivas por diversas fontes, como redes sociais, transações online, dispositivos conectados e sistemas de saúde. Esse volume de informações, quando tratado de forma adequada, pode revelar padrões valiosos e fornecer insights que embasam decisões estratégicas em vários setores.

A ciência de dados pode ser descrita como a combinação de técnicas analíticas, métodos estatísticos e algoritmos de aprendizado de máquina para extrair conhecimento e insights úteis a partir de dados estruturados e não estruturados. Para alcançar isso, envolve várias disciplinas, como estatística, programação, matemática aplicada e conhecimento específico de um domínio de aplicação.

O que é Ciência de Dados?

Ciência de dados é uma área interdisciplinar que utiliza dados, ferramentas computacionais e métodos analíticos para gerar informações valiosas, ajudando na tomada de decisões informadas. Essa disciplina combina elementos de estatística, matemática, ciência da computação e, frequentemente, o conhecimento de áreas específicas para resolver problemas complexos por meio da análise de grandes volumes de dados.

O processo de ciência de dados pode ser dividido em várias etapas essenciais:

- Coleta de dados: A primeira etapa envolve a obtenção de dados brutos a partir de diferentes fontes, que podem incluir bancos de dados estruturados, arquivos de texto, imagens, vídeos e redes sociais.

- Preparação dos dados: Os dados coletados geralmente precisam ser organizados e limpos antes da análise. Essa fase envolve a remoção de duplicidades, tratamento de dados faltantes e conversão para formatos adequados.

- Análise exploratória: Nesta fase, são aplicados métodos estatísticos para entender as principais características dos dados, identificar padrões iniciais e hipóteses que poderão ser exploradas mais profundamente.

- Modelagem: Aqui, são aplicados algoritmos de aprendizado de máquina (machine learning) ou modelos estatísticos para fazer previsões, identificar tendências ou classificar informações.

- Interpretação e comunicação: Por fim, os resultados da análise são interpretados e comunicados de forma clara, muitas vezes por meio de visualizações de dados, para que os responsáveis pelas decisões possam utilizar esses insights de forma eficiente.

Uma das diferenças principais entre ciência de dados e campos correlatos, como big data e inteligência artificial (IA), é o seu foco. Enquanto o big data se concentra na manipulação de grandes volumes de dados e a IA em criar sistemas que possam “aprender” e agir de forma autônoma, a ciência de dados abrange todas essas áreas, priorizando a extração de insights e o uso de técnicas para responder a perguntas específicas e resolver problemas reais.

Importância da Ciência de Dados

A ciência de dados está no centro da revolução digital e desempenha um papel crítico em diversos setores. Sua principal importância reside na capacidade de transformar grandes quantidades de dados em informações valiosas que guiam a tomada de decisões estratégicas. Empresas e governos utilizam essas informações para obter vantagens competitivas, melhorar processos internos e atender melhor às necessidades de seus públicos.

Algumas razões que demonstram a importância da ciência de dados são:

- Tomada de decisões baseada em dados: O processo de análise permite que as organizações tomem decisões mais precisas, ao invés de baseá-las apenas em intuições ou experiências passadas. Por exemplo, uma empresa de e-commerce pode prever a demanda de um produto ou personalizar ofertas para diferentes perfis de consumidores com base nos dados de compras anteriores.

- Inovação: A ciência de dados permite a criação de novos produtos e serviços. Na indústria de tecnologia, empresas como Google e Amazon usam a ciência de dados para criar sistemas de recomendação e melhorar a experiência do usuário.

- Automação de processos: Diversos setores, como o financeiro, estão utilizando algoritmos de ciência de dados para automatizar tarefas antes realizadas por humanos, como a análise de crédito ou a detecção de fraudes.

- Melhor compreensão dos clientes: O uso de dados permite que empresas conheçam melhor o comportamento e as preferências de seus clientes, ajudando a desenvolver produtos e campanhas de marketing mais direcionadas.

Além disso, a ciência de dados desempenha um papel fundamental em áreas críticas como saúde e segurança pública. Modelos preditivos são usados para prever surtos de doenças, como ocorreu durante a pandemia de COVID-19, enquanto técnicas de machine learning ajudam a analisar imagens médicas e diagnosticar doenças com maior precisão.

Principais Aplicações da Ciência de Dados

As aplicações da ciência de dados são vastas e abrangem quase todas as áreas da economia e da sociedade. Aqui estão algumas das áreas em que a ciência de dados tem desempenhado um papel transformador:

- Saúde: A ciência de dados tem sido usada para melhorar o diagnóstico médico, prever surtos de doenças e personalizar tratamentos. Ferramentas de aprendizado de máquina analisam grandes volumes de dados de exames e registros de saúde para auxiliar médicos a tomarem decisões mais precisas.
- Finanças: No setor financeiro, a ciência de dados ajuda na detecção de fraudes, análise de riscos, otimização de investimentos e criação de perfis de crédito mais precisos. Bancos e instituições financeiras utilizam algoritmos para monitorar transações em tempo real e detectar comportamentos suspeitos.
- Comércio Eletrônico: Empresas de e-commerce, como Amazon e Alibaba, usam ciência de dados para personalizar recomendações de produtos com base no comportamento dos clientes, melhorar a logística de entrega e prever tendências de consumo.
- Marketing: O marketing digital é outro setor onde a ciência de dados se destaca. Empresas analisam os dados de comportamento dos consumidores para criar campanhas publicitárias altamente direcionadas, segmentar audiências e otimizar seus investimentos em anúncios.
- Governo: No setor público, a ciência de dados é aplicada para melhorar políticas públicas, otimizar a alocação de recursos e prever problemas sociais. Um exemplo é o uso de dados em segurança pública para prever áreas de maior criminalidade e direcionar policiamento preventivo.

Além disso, grandes empresas de tecnologia como Google, Facebook e Netflix usam ciência de dados para criar modelos de recomendação, aprimorar os algoritmos de busca e melhorar a experiência geral dos usuários.

Desafios e Ética na Ciência de Dados

Apesar de seus avanços, a ciência de dados também enfrenta desafios significativos. Alguns dos principais problemas que os profissionais da área encontram incluem:

- Qualidade dos dados: Muitas vezes, os dados disponíveis são incompletos, imprecisos ou inconsistentes, o que pode afetar a precisão dos modelos preditivos.
- Interpretação de resultados: Interpretar os resultados de uma análise pode ser complicado, especialmente quando os dados são complexos ou não seguem padrões esperados. Isso exige uma combinação de habilidades técnicas e conhecimento do domínio de aplicação.

– Excesso de dados: O grande volume de dados disponíveis, muitas vezes chamados de big data, pode ser um desafio para processar e analisar de forma eficiente.

No entanto, além dos desafios técnicos, questões éticas têm ganhado destaque. O uso de dados pessoais sem consentimento, a manipulação de resultados para fins tendenciosos e a falta de transparência em algoritmos de inteligência artificial são preocupações recorrentes. Leis como a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) no Brasil e o GDPR (General Data Protection Regulation) na União Europeia visam proteger os direitos dos usuários e garantir que seus dados sejam utilizados de forma responsável e ética.

COLETA E LIMPEZA DE DADOS: TÉCNICAS DE COLETA. LIMPEZA. PREPARAÇÃO DE DADOS

— Dados Estruturados

São dados formatados segundo parâmetros específicos, para organização em esquemas relacionais¹. Um dos principais formatos de dados estruturados são as tabelas, que os distribuem em linhas e colunas com valores pré-determinados.

Exemplos: planilhas eletrônicas e bancos de dados (arquivos do Excel, CSV, SQL, JSON, entre outros).

— Dados Não Estruturados

São dados sem uma organização ou hierarquia interna clara. É a categoria mais ampla, abrangendo a maior parte dos dados na web.

Exemplos: documentos de texto (arquivos do Word, PDFs), arquivos de mídia (imagem, áudio e vídeo), e-mails, mensagens de texto, dados de redes sociais, dispositivos móveis, Internet das Coisas (IoT), entre outros.

Dados abertos

Segundo a definição da Open Knowledge Internacional, dados são abertos quando qualquer pessoa pode livremente acessá-los, utilizá-los, modificá-los e compartilhá-los para qualquer finalidade, estando sujeito a, no máximo, a exigências que visem preservar sua proveniência e sua abertura².

Mais uma definição para dados abertos é trazida pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.

O art. 2º, inciso III, do referido decreto dispõe que dados abertos são dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar a autoria ou a fonte.

Os dados abertos estão pautados em três leis e oito princípios. Estas leis, princípios e motivos são demonstrados a seguir.

Três Leis

1. Se o dado não pode ser encontrado e indexado na Web, ele não existe;
2. Se não estiver aberto e disponível em formato compreensível por máquina, ele não pode ser reaproveitado;

¹ SALESFORCE BRASIL.

² SOUZA, R. *Gestão da Informação*.

3. Se algum dispositivo legal não permitir sua replicação, ele não é útil.

Oito Princípios

1 – Completos.

Todos os dados públicos são disponibilizados.

2 – Primários.

Os dados são publicados na forma coletada na fonte, com a mais fina granularidade possível, e não de forma agregada ou transformada.

3 – Atuais.

Os dados são disponibilizados o quanto rapidamente seja necessário para preservar o seu valor.

4 – Acessíveis.

Os dados são disponibilizados para o público mais amplo possível e para os propósitos mais variados possíveis.

5 – Processáveis por máquina.

Os dados são razoavelmente estruturados para possibilitar o seu processamento automatizado.

6 – Acesso não discriminatório.

Os dados estão disponíveis a todos, sem que seja necessária identificação ou registro.

7 – Formatos não proprietários.

Os dados estão disponíveis em um formato sobre o qual nenhum ente tenha controle exclusivo.

8 – Livres de licenças.

Os dados não estão sujeitos a regulações de direitos autorais, marcas, patentes ou segredo industrial. Restrições razoáveis de privacidade, segurança e controle de acesso podem ser permitidas na forma regulada por estatutos.

— Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados

A **coleta** consiste em atividades vinculadas à definição inicial dos dados a serem utilizados, seja na elaboração do planejamento de como serão obtidos, filtrados e organizados, identificando-se a estrutura, formato e meios de descrição que será utilizado. Nesta fase, o dado deve ainda ser devidamente descrito em metadados, avaliados e selecionados.

Tratamento de dados é usado como sinônimo de processamento de dados, significando o tratamento sistemático de dados, através de computadores e outros dispositivos eletrônicos, com o objetivo de ordenar, classificar ou efetuar quaisquer transformações nos dados, segundo um plano previamente programado, visando a obtenção de um determinado resultado.

O **armazenamento** representa as atividades relacionadas ao **processamento, transformação, inserção, modificação, migração, transmissão** e toda e qualquer ação que vise a persistência de dados em um suporte digital.

Na fase de tratamento da informação são definidos:

- Qual o conjunto de variáveis que receberá os conteúdos;
- Com que estrutura serão armazenados;
- Quem poderá acessar os dados armazenados;
- Como serão acessados.
- Onde estarão armazenados.

A **integração** está relacionada a:

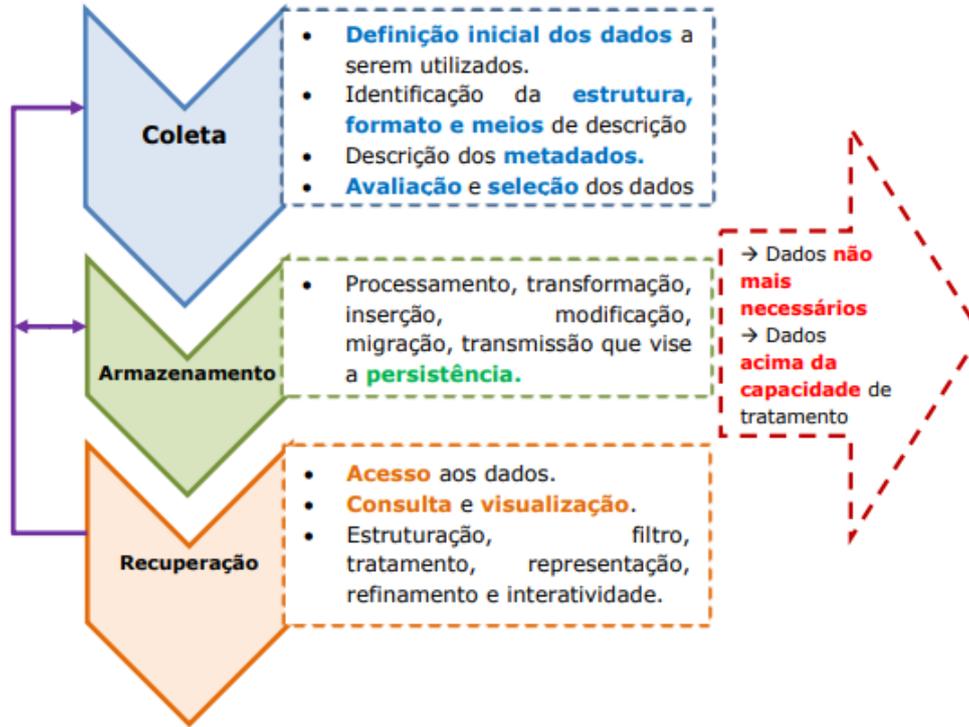
– **Na coleta:** identificação e validação dos atributos que serão responsáveis pela identificação unívoca de cada registro (chave candidata ou primária) e seus correspondentes nas outras entidades.

– **No armazenamento:** definição da forma de acesso com camada de proteção e de interação articulada.

– **Na recuperação:** análises de entidades distintas, mas integradas, de forma a comporem um todo que pode representar um valor de uso maior que a soma dos valores de uso das entidades individualmente.

A **recuperação** de dados (data recovery) é o conjunto de técnicas e procedimentos específicos, utilizados por profissionais qualificados, para extrair informações em dispositivos de armazenamento digital (HD, raid, storage etc.) que não podem mais ser acessados de modo convencional. De outro modo é o processo de recuperação e tratamento dos dados contidos em mídias de armazenamento danificadas, falhadas, corrompidas ou inacessíveis quando ela não pode ser acessada normalmente.

Esta é a fase em que o acesso aos dados se concretiza, ocorrendo, portanto, as atividades ligadas a consulta e visualização, com as etapas posteriores a obtenção do dado: estruturação, filtro, tratamento, representação, refinamento e interatividade.



Fases do ciclo de vida dos dados.

Podemos dizer o seguinte:

- A coleta é captura dos dados;
- O tratamento são as transformações que o dado sofre;
- O armazenamento trata das questões de guarda dos dados;
- A integração é junção de vários dados formando um todo integrado;
- A recuperação está ligada ao acesso aos dados.

Processos de ETL

Em inglês, ETL é um acrônimo de Extrat. (Extrair), Transform (Transformar) e Load (Carregar).

O ETL é o método mais tradicional de integração de dados digitais, com cada termo da sigla designando uma etapa do processo. Observe o infográfico e leia mais abaixo:



Como funciona?

– **Extração (E):** nesta fase, os dados são coletados de diferentes sistemas organizacionais e conduzidos a um espaço temporário (staging area), onde são convertidos em um mesmo formato para transformação.

NOÇÕES DE DIREITO

DIREITO ADMINISTRATIVO: CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

Conceito

De início, convém ressaltar que o estudo desse ramo do Direito, denota a distinção entre o Direito Administrativo, bem como entre as normas e princípios que nele se inserem.

No entanto, o Direito Administrativo, como sistema jurídico de normas e princípios, somente veio a surgir com a instituição do Estado de Direito, no momento em que o Poder criador do direito passou também a respeitá-lo. Tal fenômeno teve sua origem com os movimentos constitucionalistas, cujo início se deu no final do século XVIII. Por meio do novo sistema, o Estado passou a ter órgãos específicos para o exercício da Administração Pública e, por isso, foi necessário a desenvoltura do quadro normativo disciplinante das relações internas da Administração, bem como das relações entre esta e os administrados. Assim sendo, pode considerar-se que foi a partir do século XIX que o mundo jurídico abriu os olhos para a existência do Direito Administrativo.

Destaca-se ainda, que o Direito Administrativo foi formado a partir da teoria da separação dos poderes desenvolvida por Montesquieu, *L'Esprit des Lois*, 1748, e acolhida de forma universal pelos Estados de Direito. Até esse momento, o absolutismo reinante e a junção de todos os poderes governamentais nas mãos do Soberano não permitiam o desenvolvimento de quaisquer teorias que visassem a reconhecer direitos aos súditos, e que se opusessem às ordens do Príncipe. Prevalencia o domínio operante da vontade onipotente do Monarca.

Conceituar com precisão o Direito Administrativo é tarefa difícil, uma vez que o mesmo é marcado por divergências doutrinárias, o que ocorre pelo fato de cada autor evidenciar os critérios que considera essenciais para a construção da definição mais apropriada para o termo jurídico apropriado.

De antemão, ao entrar no fundamento de algumas definições do Direito Administrativo,

Considera-se importante denotar que o Estado desempenha três funções essenciais. São elas: **Legislativa, Administrativa e Jurisdicional**.

Pondera-se que os poderes **Legislativo, Executivo e Judiciário** são independentes, porém, em tese, harmônicos entre si. Os poderes foram criados para desempenhar as funções do Estado. Desta forma, verifica-se o seguinte:

Funções do Estado:

- Legislativa
- Administrativa
- Jurisdicional

Poderes criados para desenvolver as funções do estado:

- Legislativo
- Executivo
- Judiciário

Infere-se que cada poder exerce, de forma fundamental, uma das funções de Estado, é o que denominamos de **FUNÇÃO TÍPICA**.

	PODER LEGISLATIVO	PODER EXECUTIVO	PODER JUDICIÁRIO
Função típica	Legislar	Administrativa	Judiciária
Atribuição	Redigir e organizar o regramento jurídico do Estado	Administração e gestão estatal	Julgar e solucionar conflitos por intermédio da interpretação e aplicação das leis.

Além do exercício da função típica, cada poder pode ainda exercer as funções destinadas a outro poder, é o que denominamos de exercício de **FUNÇÃO ATÍPICA**. Vejamos:

	PODER LEGISLATIVO	PODER EXECUTIVO	PODER JUDICIÁRIO
Função atípica	tem-se como função atípica desse poder, por ser típica do Poder Judiciário: O julgamento do Presidente da República por crime de responsabilidade.	tem-se por função atípica desse poder, por ser típica do Poder Legislativo: A edição de Medida Provisória pelo Chefe do Executivo.	tem-se por função atípica desse poder, por ser típica do Poder Executivo: Fazer licitação para realizar a aquisição de equipamentos utilizados em regime interno.

Diante da difícil tarefa de conceituar o Direito Administrativo, uma vez que diversos são os conceitos utilizados pelos autores modernos de Direito Administrativo, sendo que, alguns consideram apenas as atividades administrativas em si mesmas, ao passo que outros, optam por dar ênfase aos fins desejados pelo Estado, abordaremos alguns dos principais posicionamentos de diferentes e importantes autores.

No entendimento de Carvalho Filho (2010), “o Direito Administrativo, com a evolução que o vem impulsionando contemporaneamente, há de focar-se em dois tipos fundamentais de relações jurídicas, sendo, uma, de **caráter interno**, que existe entre as pessoas administrativas e entre os órgãos que as compõem e, a outra, de **caráter externo**, que se forma entre o Estado e a coletividade em geral.” (2010, Carvalho Filho, p. 26).

Como regra geral, o Direito Administrativo é conceituado como o ramo do direito público que cuida de princípios e regras que disciplinam a função administrativa abrangendo entes, órgãos, agentes e atividades desempenhadas pela Administração Pública na consecução do interesse público.

Vale lembrar que, como leciona DIEZ, o Direito Administrativo apresenta, ainda, três características principais:

- 1 – constitui um **direito novo**, já que se trata de disciplina recente com sistematização científica;
- 2 – espelha um **direito mutável**, porque ainda se encontra em contínua transformação;
- 3 – é um **direito em formação**, não se tendo, até o momento, concluído todo o seu ciclo de abrangência.

Entretanto, o Direito Administrativo também pode ser conceituado sob os aspectos de diferentes óticas, as quais, no deslindar desse estudo, iremos abordar as principais e mais importantes para estudo, conhecimento e aplicação.

– **Ótica Objetiva:** Segundo os parâmetros da ótica objetiva, o Direito Administrativo é conceituado como o acoplado de normas que regulamentam a atividade da Administração Pública de atendimento ao interesse público.

– **Ótica Subjetiva:** Sob o ângulo da ótica subjetiva, o Direito Administrativo é conceituado como um conjunto de normas que comandam as relações internas da Administração Pública e as relações externas que são encadeadas entre elas e os administrados.

Nos moldes do conceito objetivo, o Direito Administrativo é tido como o objeto da relação jurídica travada, não levando em conta os autores da relação.

O conceito de Direito Administrativo surge também como elemento próprio em um regime jurídico diferenciado, isso ocorre por que em regra, as relações encadeadas pela Administração Pública ilustram evidente falta de equilíbrio entre as partes.

Para o professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Fernando Correia, o Direito Administrativo é o sistema de normas jurídicas, diferenciadas das normas do direito privado, que regulam o funcionamento e a organização da Administração Pública, bem como a função ou atividade administrativa dos órgãos administrativos.

Correia, o intitula como um corpo de normas de Direito Público, no qual os princípios, conceitos e institutos distanciam-se do Direito Privado, posto que, as peculiaridades das normas de Direito Administrativo são manifestadas no reconhecimento à Administração Pública de prerrogativas sem equivalente nas relações jurídico-privadas e na imposição, em decorrência do princípio da legalidade, de limitações de atuação mais exatas do que as que auferem os negócios particulares.

Entende o renomado professor, que apenas com o aparecimento do Estado de Direito acoplado ao acolhimento do princípio da separação dos poderes, é que seria possível se falar em Direito Administrativo.

Oswaldo Aranha Bandeira de Mello aduz, em seu conceito analítico, que o Direito Administrativo juridicamente falando, ordena a atividade do Estado quanto à organização, bem como quanto aos modos e aos meios da sua ação, quanto à forma da sua própria ação, ou seja, legislativa e executiva, por intermédio de atos jurídicos normativos ou concretos, na consecução do seu fim de criação de utilidade pública, na qual participa de forma direta e imediata, e, ainda como das pessoas de direito que façam as vezes do Estado.

Observação importante: Note que os conceitos classificam o Direito Administrativo como Ramo do Direito Público fazendo sempre referência ao interesse público, ao inverso do Direito Privado, que cuida do regulamento das relações jurídicas entre particulares, o Direito Público, tem por foco regular os interesses da sociedade, trabalhando em prol do interesse público.

Por fim, depreende-se que a busca por um conceito completo de Direito Administrativo não é recente. Entretanto, a Administração Pública deve buscar a satisfação do interesse público como um todo, uma vez que a sua natureza resta amparada a partir do momento que deixa de existir como fim em si mesmo, passando a existir como instrumento de realização do bem comum, visando o interesse público, independentemente do conceito de Direito Administrativo escolhido.

Objeto

De acordo com a ilibada autora Maria Sylvania Zanella Di Pietro, a formação do Direito Administrativo como ramo autônomo, fadado de princípios e objeto próprios, teve início a partir do instante em que o conceito de Estado de Direito começou a ser desenvolvido, com ampla estrutura sobre o princípio da legalidade e sobre o princípio da separação de poderes. O Direito Administrativo Brasileiro não surgiu antes do Direito Romano, do Germânico, do Francês e do Italiano. Diversos direitos contribuíram para a formação do Direito Brasileiro, tais como: o francês, o inglês, o italiano, o alemão e outros. Isso, de certa forma, contribuiu para que o nosso Direito pudesse captar os traços positivos desses direitos e reproduzi-los de acordo com a nossa realidade histórica.

Atualmente, predomina, na definição do objeto do Direito Administrativo, o critério funcional, como sendo o ramo do direito que estuda a disciplina normativa da função administrativa, independentemente de quem esteja encarregado de exercê-la: Executivo, Legislativo, Judiciário ou particulares mediante delegação estatal”, (MAZZA, 2013, p. 33).

Sendo o Direito Administrativo um ramo do Direito Público, o entendimento que predomina no Brasil e na América Latina, ainda que incompleto, é que o objeto de estudo do Direito Administrativo é a Administração Pública atuante como função administrativa ou organização administrativa, pessoas jurídicas, ou, ainda, como órgãos públicos.

De maneira geral, o Direito é um conjunto de normas, princípios e regras, compostas de coercibilidade disciplinantes da vida social como um todo. Enquanto ramo do Direito Público, o Direito Administrativo, nada mais é que, um conjunto de princípios e regras que disciplina a função administrativa, as pessoas e os órgãos que a exercem. Desta forma, considera-se como seu objeto, toda a estrutura administrativa, a qual deverá ser voltada para a satisfação dos interesses públicos.

São leis específicas do Direito Administrativo a Lei n. 8.666/1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências; a Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei n. 8.409/1992 que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1992 e a Lei n. 9.784/1999 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

O Direito Administrativo tem importante papel na identificação do seu objeto e o seu próprio conceito e significado foi de grande importância à época do entendimento do Estado francês em dividir as ações administrativas e as ações envolvendo o poder judiciário. Destaca-se na França, o sistema do contencioso administrativo com matéria de teor administrativo, sendo decidido no tribunal administrativo e transitando em julgado nesse mesmo tribunal. Definir o objeto do Direito Administrativo é importante no sentido de compreender quais matérias serão julgadas pelo tribunal administrativo, e não pelo Tribunal de Justiça.

Depreende-se que com o passar do tempo, o objeto de estudo do Direito Administrativo sofreu significativa e grande evolução, desde o momento em que era visto como um simples estudo das normas administrativas, passando pelo período do serviço público, da disciplina do bem público, até os dias

contemporâneos, quando se ocupa em estudar e gerenciar os sujeitos e situações que exercem e sofrem com a atividade do Estado, assim como das funções e atividades desempenhadas pela Administração Pública, fato que leva a compreender que o seu objeto de estudo é evolutivo e dinâmico acoplado com a atividade administrativa e o desenvolvimento do Estado. Destarte, em suma, seu objeto principal é o desempenho da função administrativa.

Fontes

Fonte significa origem. Neste tópico, iremos estudar a origem das regras que regem o Direito Administrativo.

Segundo Alexandre Sanches Cunha, “o termo fonte provém do latim *fons, fontis*, que implica o conceito de nascente de água. Entende-se por fonte tudo o que dá origem, o início de tudo. Fonte do Direito nada mais é do que a origem do Direito, suas raízes históricas, de onde se cria (fonte material) e como se aplica (fonte formal), ou seja, o processo de produção das normas. São fontes do direito: as leis, costumes, jurisprudência, doutrina, analogia, princípio geral do direito e equidade.” (CUNHA, 2012, p. 43).

Fontes do Direito Administrativo:

A) Lei

A lei se estende desde a constituição e é a fonte primária e principal do Direito Administrativo e se estende desde a Constituição Federal em seus artigos 37 a 41, alcançando os atos administrativos normativos inferiores. Desta forma, a lei como fonte do Direito Administrativo significa a lei em **sentido amplo**, ou seja, a **lei confeccionada pelo Parlamento**, bem como os atos normativos expedidos pela Administração, tais como: decretos, resoluções, incluindo tratados internacionais.

Desta maneira, sendo a Lei a fonte primária, formal e primordial do Direito Administrativo, acaba por prevalecer sobre as demais fontes. E isso, prevalece como regra geral, posto que as demais fontes que estudaremos a seguir, são consideradas fontes secundárias, acessórias ou informais.

A Lei pode ser subdividida da seguinte forma:

– Lei em sentido amplo

Refere-se a todas as fontes com conteúdo normativo, tais como: a Constituição Federal, lei ordinária, lei complementar, medida provisória, tratados internacionais, e atos administrativos normativos (decretos, resoluções, regimentos etc.).

– Lei em sentido estrito

Refere-se à Lei feita pelo Parlamento, pelo Poder Legislativo por meio de lei ordinária e lei complementar. Engloba também, outras normas no mesmo nível como, por exemplo, a medida provisória que possui o mesmo nível da lei ordinária. Pondera-se que todos mencionados são reputados como fonte primária (a lei) do Direito Administrativo.

B) Doutrina

Tem alto poder de influência como teses doutrinadoras nas decisões administrativas, como no próprio Direito Administrativo. A Doutrina visa indicar a melhor interpretação possível da norma administrativa, indicando ainda, as possíveis soluções para

casos determinados e concretos. Auxilia muito o viver diário da Administração Pública, posto que, muitas vezes é ela que conceitua, interpreta e explica os dispositivos da lei.

Exemplo: A Lei n. 9.784/1999, aduz que provas protelatórias podem ser recusadas no processo administrativo. Desta forma, a doutrina explicará o que é prova protelatória, e a Administração Pública poderá usar o conceito doutrinário para recusar uma prova no processo administrativo.

C) Jurisprudência

Trata-se de decisões de um tribunal que estão na mesma direção, além de ser a reiteração de julgamentos no mesmo sentido.

Exemplo: O Superior Tribunal de Justiça (STJ), possui determinada jurisprudência que afirma que candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital tem direito à nomeação, aduzindo que existem diversas decisões desse órgão ou tribunal com o mesmo entendimento final.

— **Observação importante:** Por tratar-se de uma orientação aos demais órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública, a jurisprudência não é de seguimento obrigatório. Entretanto, com as alterações promovidas desde a CFB/1988, esse sistema orientador da jurisprudência tem deixado de ser a regra.

Exemplo: Os efeitos vinculantes das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal na ação direta de inconstitucionalidade (ADI), na ação declaratória de constitucionalidade (ADC) e na arguição de descumprimento de preceito fundamental, e, em especial, com as súmulas vinculantes, a partir da Emenda Constitucional nº. 45/2004. Nesses ocorridos, as decisões do STF acabaram por vincular e obrigar a Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos dispostos no art. 103-A da CF/1988.

D) Costumes

Costumes são condutas reiteradas. Assim sendo, cada país, Estado, cidade, povoado, comunidade, tribo ou população tem os seus costumes, que via de regra, são diferentes em diversos aspectos, porém, em se tratando do ordenamento jurídico, não poderão ultrapassar e ferir as leis soberanas da Carta Magna que regem o Estado como um todo.

Como fontes secundárias e atuantes no Direito Administrativo, os **costumes administrativos** são práticas reiteradas que devem ser observadas pelos agentes públicos diante de determinadas situações. Os costumes podem exercer influência no Direito Administrativo em decorrência da carência da legislação, consumando o sistema normativo, costume *praeter legem*, ou nas situações em que seria impossível legislar sobre todas as situações.

Os costumes não podem se opor à lei (*contra legem*), pois ela é a fonte primordial do Direito Administrativo, devendo somente auxiliar à exata compreensão e incidência do sistema normativo.

Exemplo: Ao determinar a CFB/1988 que um concurso terá validade de até 2 anos, não pode um órgão, de forma alguma, atribuir por efeito de costume, prazo de até 10 anos, porque estaria contrariando disposição expressa na Carta Magna, nossa Lei Maior e Soberana.

Ressalta-se, com veemente importância, que os costumes podem gerar direitos para os administrados, em decorrência dos princípios da lealdade, boa-fé, moralidade administrativa, dentre outros, uma vez que um certo comportamento repetitivo da Administração Pública gera uma expectativa em sentido geral de que essa prática deverá ser seguida nas demais situações parecidas

— **Observação importante:** Existe divergência doutrinária em relação à aceitação dos costumes como fonte do Direito Administrativo. No entanto, para concursos, e estudos correlatos, via de regra, deve ser compreendida como correta a tese no sentido de que o costume é fonte secundária, acessória, indireta e imediata do Direito Administrativo, tendo em vista que a fonte primária e mediata é a Lei.

Nota - Sobre Súmulas Vinculantes

Nos termos do art. 103 - A da Constituição Federal, “o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou mediante provocação, por decisão de dois terços de seus membros, após decisões reiteradas que versam sobre matéria constitucional, aprovar súmulas que terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta”.

REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO: CONCEITO; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS EXPRESSOS E IMPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conceito

O vocábulo “regime jurídico administrativo” se refere às inúmeras particularidades que tornam a atuação da administração pública individualizada nos momentos em que é comparada com a atuação dos particulares de forma generalizada. Possui sentido restrito, restando-se com a serventia única de designar o conjunto de normas de direito público que caracterizam o Direito Administrativo de modo geral, estabelecendo, via de regra, prerrogativas que colocam a Administração Pública em posição privilegiada no que condiz às suas relações com os particulares, bem como restrições, que tem o fulcro de evitar que ela se distancie da perseguição que não deve cessar no sentido da consecução do bem comum.

Desta forma, de maneira presumida, o Regime Jurídico Administrativo passa a atuar na busca da consecução de interesses coletivos por meio dos quais a Administração usufrui de vantagens não extensivas aos particulares de modo geral, como é o caso do poder de desapropriar um imóvel, por exemplo. Assim sendo, a Administração Pública não pode abrir mão desses fins públicos, ou seja, ao agente público não é lícito, sem a autorização da lei, transigir, negociar, renunciar, ou seja, dispor de qualquer forma de interesses públicos, ainda que

LÍNGUA INGLESA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

A importância dos conhecimentos básicos em inglês

O inglês é considerado a língua universal, utilizado em diferentes contextos globais, desde viagens internacionais até o mundo dos negócios. Ter uma base sólida de inglês facilita o acesso a informações, amplia as oportunidades profissionais e permite interações mais fluidas em diversas situações cotidianas. Além disso, o conhecimento básico de inglês é um requisito frequente em muitos concursos públicos e processos seletivos, sendo uma habilidade essencial no mundo moderno.

Contextos onde o inglês básico é necessário

Mesmo com conhecimentos básicos, é possível enfrentar situações práticas, como pedir informações, entender placas e sinalizações, preencher documentos simples e se comunicar em viagens. No ambiente de trabalho, compreender comandos básicos em inglês pode ser a diferença entre realizar ou não tarefas cotidianas, como ler um manual de instruções, utilizar softwares ou se comunicar com colegas estrangeiros. Portanto, investir no aprendizado básico da língua inglesa é um passo estratégico e necessário para qualquer pessoa.

Alfabeto e Pronúncia

Introdução ao alfabeto inglês

O alfabeto em inglês é composto por 26 letras, exatamente como o alfabeto português. Entretanto, a pronúncia dessas letras pode variar bastante, especialmente quando se trata de vogais. É fundamental conhecer a forma correta de pronunciar cada letra, pois isso afeta diretamente a clareza na comunicação, tanto na fala quanto na escuta.

Letra	Pronúncia
A	ei
B	bi
C	si
D	di

Além da diferença na pronúncia das letras, algumas combinações de vogais e consoantes geram sons que não existem em português, o que pode ser desafiador no início, mas com prática se torna natural.

Diferenças de pronúncia entre português e inglês

Uma das maiores dificuldades ao aprender inglês é lidar com os sons que não são nativos da língua portuguesa. No inglês, há sons vocálicos mais longos, como o de “sheep” (ovelha), e mais curtos, como “ship” (navio). Além disso, letras como “th” produzem um som que não tem equivalente em português, exigindo treino extra para ser dominado. Outra distinção comum é a ausência de ênfase em sílabas, como vemos em palavras como “chocolate” (pronunciada “choc-lat” em inglês).

Sons vocálicos e consoantes comuns

As vogais no inglês apresentam uma ampla variedade de sons. Por exemplo, a letra “a” pode ser pronunciada de diversas formas, dependendo da palavra: “cat” (som curto) ou “name” (som longo). As consoantes também exigem atenção, como o “r”, que em inglês é pronunciado de maneira mais “forte”, enquanto o “h” tem um som aspirado, como em “house”. Com o tempo, esses sons se tornam familiares e fáceis de reconhecer e reproduzir.

Estrutura Gramatical Simples

Formação de frases afirmativas, negativas e interrogativas

Para construir frases simples em inglês, é necessário compreender como estruturar frases afirmativas, negativas e interrogativas. A estrutura básica é:

- Afirmativa: Sujeito + Verbo + Complemento.

Ex: I work every day (Eu trabalho todos os dias).

- Negativa: Sujeito + Verbo auxiliar (do/does) + Not + Verbo principal + Complemento.

Ex: I do not (don't) work on Sundays (Eu não trabalho aos domingos).

- Interrogativa: Verbo auxiliar (do/does) + Sujeito + Verbo principal + Complemento?

Ex: Do you work here? (Você trabalha aqui?)

Essa estrutura é fundamental para a comunicação inicial e deve ser praticada com diferentes tipos de verbos e sujeitos.

3.2 Verbos mais utilizados (ser, estar, ter, etc.)

Alguns dos verbos mais utilizados em inglês, especialmente em frases simples, incluem:

- To be (ser/estar): I am, You are, He/She is

Ex: I am a student (Eu sou um estudante).

- To have (ter): I have, You have, He/She has

Ex: She has a car (Ela tem um carro).

- To do (fazer): I do, You do, He/She does

Ex: He does his homework (Ele faz sua lição de casa).

A prática desses verbos é essencial, pois eles são usados frequentemente na comunicação diária e em textos simples.

Ordem básica das palavras na frase (Sujeito, Verbo, Objeto)

A ordem das palavras em inglês segue uma sequência básica: Sujeito + Verbo + Objeto. É diferente do português, onde a ordem pode ser mais flexível. Exemplo:

- She reads a book (Ela lê um livro).
- He drinks water (Ele bebe água).

Manter essa ordem é crucial para garantir que a frase seja compreensível e correta.

Vocabulário Essencial

Saudações e apresentações

Conhecer saudações básicas é o primeiro passo para se comunicar em inglês:

- Hello! (Olá!)
- Good morning/afternoon/evening (Bom dia/tarde/noite)
- How are you? (Como você está?)
- I'm fine, thank you. (Estou bem, obrigado.)

Essas expressões são frequentemente usadas em interações cotidianas e ajudam a iniciar uma conversa.

Números, datas e horas

Compreender os números, as datas e a forma de perguntar as horas é essencial:

- Números: one, two, three... (um, dois, três...)
- Datas: What's the date today? (Qual é a data de hoje?)
- Horas: What time is it? (Que horas são?)

Essas são informações básicas, mas muito úteis em diversas situações, como ao perguntar o preço de um produto ou marcar compromissos.

Palavras e expressões comuns no dia a dia

Expressões como "Thank you" (Obrigado), "Please" (Por favor), "Excuse me" (Com licença) e "Sorry" (Desculpa) são indispensáveis. O uso correto dessas expressões demonstra educação e facilita interações em diferentes contextos.

Leitura e Interpretação de Textos Simples

Dicas para ler e interpretar textos básicos em inglês

A leitura de textos simples em inglês exige a compreensão de palavras-chave e do contexto geral. Uma dica importante é focar nas palavras que você já conhece e tentar deduzir o significado das palavras desconhecidas com base no contexto.

Como identificar a ideia principal de uma frase

A ideia principal de uma frase geralmente é expressa pelo sujeito e pelo verbo principal. Por exemplo:

- The boy is playing soccer (O garoto está jogando futebol).
Aqui, a ideia principal é que o garoto está envolvido na ação de jogar.

Prática de leitura com textos simples

Textos curtos e simples, como pequenos parágrafos sobre temas cotidianos, são ideais para iniciar. A prática frequente ajudará a desenvolver a capacidade de compreender textos mais longos e complexos com o tempo.

A importância de continuar praticando

A prática constante é o segredo para melhorar suas habilidades em inglês. Mesmo que comece com o básico, a repetição e a exposição diária ao idioma ajudam a consolidar o conhecimento e a torná-lo mais natural.

Recursos para quem deseja aprofundar os estudos

Existem muitos recursos gratuitos e pagos disponíveis para quem deseja aprofundar seus conhecimentos, como aplicativos de idiomas, vídeos educativos e livros didáticos voltados para iniciantes. Plataformas como Duolingo, BBC Learning English e cursos presenciais ou online são ótimas opções para continuar seu aprendizado.

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A habilidade de compreender e produzir gêneros textuais diversos é essencial no processo de aprendizagem da língua inglesa. Através do domínio dessas habilidades, os estudantes são capazes de interpretar e expressar ideias de maneira adequada em diferentes contextos comunicativos.

— A importância da compreensão de gêneros textuais em língua inglesa

A compreensão de gêneros textuais em língua inglesa é essencial para que os estudantes possam interagir de maneira efetiva com diferentes tipos de textos escritos e falados. Ao compreender os recursos linguísticos, estruturas e propósitos dos diversos gêneros textuais, os alunos são capazes de extrair informações relevantes, identificar ideias principais e inferir significados implícitos.

Essa compreensão também permite que os estudantes desenvolvam habilidades críticas de leitura e análise. Ao explorar diferentes gêneros, como artigos de opinião, notícias, ensaios, contos e diálogos, os alunos podem examinar perspectivas diversas, argumentos e estilos de escrita. Isso contribui para uma compreensão mais ampla do idioma e para o desenvolvimento de pensamento crítico.

— Estratégias para desenvolver a compreensão de gêneros textuais

Existem várias estratégias que podem ser utilizadas para desenvolver a compreensão de gêneros textuais em língua inglesa. Algumas delas incluem:

— **Prática de leitura extensiva:** A leitura extensiva de diferentes gêneros textuais é uma forma eficaz de aumentar a exposição e a familiaridade com diferentes estruturas e estilos de escrita. Através da leitura de livros, artigos, revistas e

outros materiais autênticos, os alunos têm a oportunidade de expandir seu vocabulário, melhorar a compreensão de leitura e desenvolver habilidades de inferência.

– **Análise de estruturas textuais:** Ao analisar diferentes gêneros textuais, os estudantes podem identificar as estruturas textuais comuns, como introdução, desenvolvimento e conclusão. Essa análise permite que os alunos compreendam a organização lógica dos textos e identifiquem informações-chave em cada seção.

– **Uso de estratégias de leitura:** A aplicação de estratégias de leitura, como leitura de títulos, skimming (leitura rápida para identificar ideias principais) e scanning (leitura rápida para localizar informações específicas), pode ajudar os alunos a obter uma compreensão geral dos textos e a identificar informações relevantes de forma mais eficiente.

– **Discussão e reflexão:** Após a leitura de um texto, é importante promover discussões em sala de aula para incentivar os alunos a compartilharem suas interpretações, ideias e pontos de vista. Essa atividade estimula o pensamento crítico, a expressão oral e uma análise mais aprofundada dos gêneros textuais.

A importância da produção de gêneros textuais em língua inglesa

A produção de gêneros textuais em inglês possibilita que os estudantes se expressem de forma efetiva, comunicando suas ideias e opiniões de maneira adequada aos diferentes contextos. Ao dominar a produção de gêneros textuais, os alunos adquirem habilidades de escrita mais avançadas, o que é essencial tanto em situações acadêmicas quanto profissionais.

Esse processo também auxilia os estudantes no desenvolvimento da criatividade, organização de pensamentos e argumentação. Ao escrever ensaios, relatórios, resumos, cartas e outros tipos de texto, os alunos aprimoram sua capacidade de articular ideias, estruturar informações de forma coerente e usar vocabulário apropriado.

Há várias estratégias que podem ser adotadas para desenvolver textos em diferentes gêneros em inglês. Algumas delas incluem:

– **Prática regular de escrita:** A escrita regular é fundamental para o desenvolvimento da habilidade de produzir diferentes gêneros textuais. Os alunos devem ser encorajados a escrever com frequência, abordando diferentes tópicos e estilos de escrita. Isso pode ser feito por meio de atividades de redação, diários, resenhas de livros ou filmes, entre outras.

– **Uso de modelos de escrita:** Fornecer aos alunos modelos de escrita é uma estratégia eficaz para orientá-los na produção de diferentes gêneros textuais. Ao analisar exemplos de ensaios, cartas formais, artigos de opinião, entre outros, os alunos podem compreender as características estruturais e linguísticas de cada gênero e aplicá-las em suas próprias produções.

– **Feedback e revisão:** Proporcionar feedback construtivo e incentivar a revisão dos textos escritos são etapas cruciais no desenvolvimento da produção de gêneros textuais. Os alunos devem ser encorajados a rever seus textos, identificar possíveis erros e aprimorar sua escrita com base nas orientações recebidas.

– **Estudo de vocabulário e expressões idiomáticas:** O conhecimento de vocabulário específico e expressões idiomáticas é essencial para a produção efetiva de diferentes gêneros

textuais. Os alunos devem ser incentivados a estudar e praticar o uso de vocabulário adequado a cada gênero, enriquecendo suas produções escritas.

Ao desenvolver a competência de compreender e produzir diferentes gêneros, os estudantes adquirem a capacidade de interagir de forma efetiva com diferentes tipos de textos escritos e falados. Através de estratégias como leitura extensiva, análise de estruturas textuais, discussão, prática regular de escrita e revisão cuidadosa, os alunos podem aprimorar suas habilidades de compreensão e produção, tornando-se comunicadores mais proficientes em língua inglesa.

VOCABULÁRIO

Aprender uma língua estrangeira nem sempre é fácil, especialmente quando se trata de vocabulário. Felizmente, existem muitas maneiras de aprender o vocabulário em inglês – e algumas delas são até um pouco divertidas!

Uma das maneiras mais populares de aprender vocabulário em inglês é usar flashcards. Cada flashcard terá uma palavra em inglês escrita na frente e a tradução ou definição da palavra no verso. Para estudá-los, você deve olhar para um lado de um cartão e dizer a palavra no idioma oposto antes de olhar para o outro lado do cartão (portanto, se você estivesse olhando para o lado em inglês, por exemplo, você diz a palavra em seu idioma nativo).

Os flashcards são excelentes recursos porque ajudam a memorizar as palavras do vocabulário de maneira rápida e eficaz. Eles também são personalizáveis e reutilizáveis. Cartões em papel e digitais estão disponíveis, mas você pode fazer seus próprios cartões, comprar um baralho pré-fabricado ou baixar um na internet. Algumas pessoas preferem estudar línguas estrangeiras com flashcards digitais ou computadorizados. Esses tipos de flashcards podem ser acessados por meio de aplicativos de software, sites e/ou aplicativos.

Outro método útil é fazer uma lista de todas as palavras do vocabulário em inglês que você deseja aprender. Uma lista é diferente de flashcards porque contém todas as palavras que você precisa saber em um só lugar (em vez de em cartões separados). Se você não quer lidar com o incômodo de usar cartões de anotações, uma lista de estudos é uma opção sólida.

Se você deseja praticar a ortografia de palavras em inglês e gosta de fazer algo físico enquanto estuda, escrever palavras é uma boa opção para tentar. Com esse método, você escreverá cada palavra em inglês várias vezes ao pronunciá-la em voz alta.

Se você já fez cursos de inglês no passado, provavelmente já teve deveres de casa semelhantes a este. Embora a memorização mecânica não seja a preferência de todos, ainda pode ser uma maneira altamente eficaz de aprender palavras em inglês.

Se você está cansado de flashcards e listas, os questionários de vocabulário são uma ótima maneira de testar o que você aprendeu e garantir que você realmente entenda o significado das palavras em inglês.

LÍNGUA INGLESA

Muitos testes de palavras em inglês estão disponíveis gratuitamente online. Enquanto alguns são testes tradicionais, outros são mais parecidos com jogos, por exemplo, você pode encontrar um jogo de correspondência no qual precisa combinar palavras em inglês com seus significados (também em inglês!).

Você também pode fazer seus próprios testes de vocabulário usando qualquer um dos recursos acima (flashcards, listas e etc.). Confira a seguir uma tabela do vocabulário mais comumente usado na língua inglesa:

act	ato	He is in jail as a result of a criminal act. (Ele está na cadeia como resultado de um ato criminoso.)
apple	maçã	I made an apple pie. (Eu fiz uma torta de maçã.)
air	ar	I love the fresh air that comes from the sea. (Eu amo o ar fresco que vem do mar.)
animal	animal	There are many animals at risk of extinction. (Há muitos animais em risco de extinção.)
baby	bebê	Her baby was born yesterday. (O bebê dela nasceu ontem.)
back	1. costas; 2. parte de trás	1. My back hurts. (Minhas costas estão doendo.) 2. He parked his car at the back of the building. (Ele estacionou o carro na parte de trás do prédio.)
ball	bola	The player kicked the ball and scored a goal. (O jogador chutou a bola e marcou um gol.)
bear	urso	Most species of bears are omnivorous. (A maioria das espécies de urso é onívora.)
bed	cama	The boy is sleeping in his new bed. (O menino está dormindo na cama nova dele.)
bell	1. sino; 2. campainha	1. Church bells are huge. (Os sinos das igrejas são enormes.) 2. She stopped by the door and rang the bell. (Ela parou à porta e tocou a campainha.)
bird	pássaro	There is a bird nest on the tree. (Há um ninho de pássaro na árvore.)
birthday	aniversário	My birthday is on March 15. (Meu aniversário é no dia 15 de março.)
boat	barco	We went to the island by boat. (Fomos para a ilha de barco.)
box	caixa	The clown jumped out of the box. (O palhaço pulou para fora da caixa.)
boy	menino	The boy was playing soccer with his sister. (O menino estava jogando futebol com a irmã dele.)
bread	pão	I would like my bread with butter. (Eu gostaria do meu pão com manteiga.)
brother	irmão	My brother is younger than me. (Meu irmão é mais novo que eu.)
cake	bolo	I made a chocolate cake for dessert. (Fiz um bolo de chocolate para a sobremesa.)
call	chamada (telefônica)	I have two missed calls. (Tenho duas chamadas perdidas.)
car	carro	His new car came with ABS. (O carro novo dele vem com ABS.)

ATUALIDADES - DIGITAL

TÓPICOS RELEVANTES E ATUAIS DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO ECONOMIA, EMPREENDEDORISMO, EDUCAÇÃO FINANCEIRA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA, ENERGIA, , DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

ANOTAÇÕES

SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS.

O Sistema de Contas Nacionais (SCN) é um conjunto de conceitos, definições e classificações que tem como principal objetivo medir a atividade econômica de um país. Trata-se de uma estrutura contábil padronizada que fornece uma visão completa das transações econômicas entre os diferentes setores de uma economia em um determinado período. Esse sistema abrange as contas do governo, das famílias, das empresas e do setor externo, permitindo a análise do desempenho econômico e a comparação com outros países.

A importância do SCN para a economia é inegável. Ele oferece dados essenciais para a formulação de políticas públicas, para a análise do crescimento econômico, e para o monitoramento da evolução da renda e da produção de um país. As informações extraídas desse sistema são amplamente utilizadas por governos, empresas, organizações internacionais e acadêmicos. Através do SCN, é possível calcular o Produto Interno Bruto (PIB), a renda nacional, a poupança e o investimento, além de fornecer indicadores para a análise do bem-estar social e econômico.

Evolução Histórica do Sistema de Contas Nacionais

A origem do Sistema de Contas Nacionais pode ser traçada ao período entre as duas grandes guerras mundiais, quando economistas começaram a buscar formas de medir a atividade econômica de forma padronizada e comparável. O SCN moderno, no entanto, surgiu formalmente após a Segunda Guerra Mundial, com o trabalho pioneiro do economista britânico John Maynard Keynes e outros teóricos que buscavam um modelo que facilitasse a análise e o controle das economias nacionais. Esse movimento culminou na criação do Sistema de Contas Nacionais de 1953, desenvolvido pelas Nações Unidas, com o objetivo de oferecer um padrão internacional para a medição das economias. Ao longo dos anos, o SCN passou por várias revisões, sendo a mais recente em 2008.

Essa evolução reflete o esforço para adaptar o sistema às mudanças na economia mundial, como a globalização, a importância crescente do setor de serviços e o impacto das tecnologias. Além disso, o SCN vem sendo progressivamente ajustado para incluir questões como o meio ambiente e a sustentabilidade, embora ainda enfrente desafios nesse aspecto.

Funções e Benefícios do SCN

O principal benefício do Sistema de Contas Nacionais é a sua capacidade de fornecer informações consistentes e detalhadas sobre a economia de um país. Esses dados são cruciais para o planejamento econômico, ajudando os governos a definir políticas fiscais e monetárias mais eficazes. Além disso, as contas

nacionais permitem que os analistas façam comparações entre diferentes períodos de tempo e entre diferentes países, o que é essencial para entender as dinâmicas globais.

Outro aspecto relevante é a sua capacidade de gerar informações para outros indicadores importantes, como o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que avalia a qualidade de vida da população. Em última análise, o SCN desempenha um papel vital para garantir a transparência e a responsabilidade dos governos na gestão da economia.

Com essa base estabelecida, podemos agora explorar os principais componentes e a estrutura do Sistema de Contas Nacionais, o que permitirá uma visão mais aprofundada sobre como ele opera e quais são suas principais contribuições para a análise econômica.

— Principais Componentes do Sistema de Contas Nacionais

O Sistema de Contas Nacionais (SCN) é organizado de forma a proporcionar uma visão abrangente e detalhada da economia de um país. Ele abrange diversas contas e indicadores que, juntos, formam o retrato das atividades econômicas e das interações entre os diferentes agentes econômicos, como o governo, as famílias, as empresas e o setor externo.

Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto (PIB) é o principal indicador de desempenho econômico dentro do SCN. Ele representa o valor total de bens e serviços finais produzidos dentro das fronteiras de um país durante um período específico, normalmente um trimestre ou um ano. O PIB pode ser calculado por três diferentes abordagens:

— **Método da Produção:** Soma o valor agregado em cada etapa da produção de bens e serviços. Esse valor agregado é a diferença entre o valor de venda do produto e o custo dos insumos usados em sua produção.

— **Método da Renda:** Soma todas as rendas geradas na economia, incluindo salários, lucros, aluguéis e juros.

— **Método da Despesa:** Soma o total de despesas realizadas pelos agentes econômicos, divididas em consumo, investimentos, gastos governamentais e exportações líquidas (exportações menos importações).

O PIB pode ser expresso de duas maneiras: nominal (a preços correntes, sem ajustar pela inflação) e real (ajustado pela inflação, permitindo uma comparação ao longo do tempo).

Renda Nacional

A Renda Nacional é outro componente crucial do SCN, e está intimamente ligada ao PIB. Ela representa a soma de todas as rendas recebidas pelos residentes de um país, incluindo salários, lucros, juros e aluguéis, após o ajuste pelos impostos e subsídios.

A renda nacional reflete o montante total de recursos econômicos disponíveis para os residentes de um país, sendo um indicador-chave para medir o bem-estar econômico da população.

Em muitos casos, analistas e formuladores de políticas se interessam em acompanhar a Renda Nacional Disponível, que inclui transferências do exterior (como remessas de emigrantes ou ajudas internacionais), oferecendo uma visão mais precisa do poder de compra da população.

Poupança e Investimento

A poupança e o investimento são componentes vitais do SCN que indicam a saúde econômica de um país a longo prazo. A poupança nacional é a parte da renda que não é consumida, sendo composta pela poupança das famílias, do governo e das empresas. A alta taxa de poupança geralmente é associada à maior capacidade de investimento e, conseqüentemente, ao crescimento econômico.

O investimento, por sua vez, refere-se à aquisição de bens de capital, como máquinas, equipamentos e infraestrutura, que irão aumentar a capacidade produtiva de uma economia no futuro. O SCN analisa o investimento em diferentes setores, oferecendo uma visão detalhada de como os recursos estão sendo alocados na economia. Em termos contábeis, a poupança e o investimento estão intimamente relacionados, já que a poupança financia os investimentos.

Balço de Pagamentos

Outro componente central do SCN é o Balço de Pagamentos, que registra todas as transações econômicas entre os residentes de um país e o resto do mundo. Ele é dividido em duas contas principais:

– **Conta Corrente:** Inclui as transações de bens, serviços, rendas e transferências correntes entre um país e o exterior. O saldo da conta corrente reflete o quão dependente ou autossuficiente uma economia é em relação ao resto do mundo.

– **Conta de Capital e Financeira:** Registra as transações relacionadas a ativos financeiros e investimentos entre países. Aqui são registrados fluxos de capital, como empréstimos, investimentos estrangeiros diretos e movimentações de reservas internacionais.

O balanço de pagamentos é um indicador crítico da posição internacional de uma economia. Um déficit persistente pode sinalizar problemas como a necessidade de financiamento externo, enquanto um superávit pode indicar uma acumulação de reservas internacionais.

Contas Setoriais

O SCN também divide a economia em setores institucionais, como as famílias, o governo, as empresas não financeiras, as empresas financeiras e o setor externo. Essas contas setoriais permitem analisar a forma como diferentes grupos na economia geram e utilizam renda. Isso facilita a compreensão do comportamento de poupança, investimento e consumo em cada setor, e como esses setores interagem entre si.

Por exemplo, ao observar as contas do governo, é possível analisar o saldo fiscal, que reflete a diferença entre a receita e a despesa do governo. Já as contas das empresas revelam dados sobre a formação bruta de capital fixo (investimentos em ativos produtivos), que é fundamental para avaliar a capacidade futura de crescimento econômico.

O Sistema de Contas Nacionais é uma ferramenta poderosa que fornece uma visão detalhada e abrangente das atividades econômicas de um país. Os principais componentes, como o PIB, a Renda Nacional, a poupança, o investimento e o Balço de Pagamentos, fornecem as bases para a análise econômica e para a formulação de políticas públicas eficazes. Cada um desses elementos está interligado e contribui para a compreensão de como os recursos são gerados, distribuídos e utilizados em uma economia.

— Metodologia e Estrutura do SCN

O Sistema de Contas Nacionais (SCN) é estruturado de maneira a garantir uma representação precisa e detalhada das transações econômicas realizadas por diferentes agentes dentro de uma economia. A metodologia empregada no SCN segue padrões internacionais estabelecidos pelas Nações Unidas e outras organizações multilaterais, com o objetivo de facilitar a comparabilidade entre países e ao longo do tempo.

Classificação das Atividades Econômicas

Uma das bases do SCN é a classificação das atividades econômicas, que organiza a economia em diferentes setores produtivos para permitir uma análise detalhada de cada um. As atividades são classificadas em setores como:

- Agricultura, pecuária e pesca
- Indústria (incluindo manufatura, construção e extrativismo)
- Serviços (abrangendo áreas como comércio, transporte, educação, saúde, entre outros)

Essa classificação é importante porque cada setor econômico tem características específicas no que diz respeito à produção, ao emprego de capital e mão de obra, e à contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB). Dessa forma, o SCN permite entender como cada setor está se comportando e como isso afeta o desempenho geral da economia.

Para garantir uma padronização internacional, o SCN utiliza a Classificação Internacional Industrial Uniforme (CIIU), que estabelece códigos e categorias para cada atividade econômica. Essa padronização facilita a comparação entre diferentes países e regiões, garantindo que as estatísticas sejam consistentes globalmente.

Setores Institucionais

No SCN, a economia é dividida em setores institucionais, que representam os diferentes grupos de agentes econômicos que participam das transações. Os principais setores institucionais são:

– **Famílias:** Englobam todas as pessoas físicas que consomem bens e serviços, oferecem mão de obra e recebem rendas. As contas desse setor incluem o consumo privado, a renda disponível e a poupança das famílias.

– **Empresas:** Dividem-se em empresas financeiras (como bancos e seguradoras) e empresas não financeiras (que produzem bens e serviços). Essas contas refletem os lucros, investimentos, custos de produção e a formação de capital.

– **Governo:** Inclui todas as entidades governamentais que produzem bens e serviços para a sociedade e redistribuem a renda, como ministérios, secretarias e outras instituições públicas. As contas do governo mostram a arrecadação de impostos, os gastos públicos, e o saldo fiscal.

– **Resto do Mundo:** Refere-se às transações econômicas com o exterior, incluindo exportações, importações, fluxos de capital e transferências internacionais.

Cada setor tem suas próprias contas, que são inter-relacionadas e que ajudam a entender a dinâmica entre produção, consumo, poupança e investimento. Por exemplo, a renda das famílias pode vir de salários pagos pelas empresas, enquanto o governo recebe impostos e redistribui parte dessa renda em forma de transferências ou serviços públicos.

Contas Correntes e de Capital

O SCN é composto por um conjunto de contas que registram as diferentes atividades econômicas realizadas pelos agentes, classificadas principalmente em contas correntes e contas de capital.

– **Contas Correntes:** Registram as transações relativas à produção e ao consumo de bens e serviços, à geração de renda e à distribuição dessa renda entre os setores institucionais. A conta corrente inclui o PIB, a Renda Nacional Bruta (RNB) e a despesa agregada, dividida entre consumo privado, consumo do governo e investimentos. Essa conta também detalha o saldo de transações correntes com o exterior, que reflete o desempenho comercial de um país.

– **Contas de Capital:** Registram as transações relacionadas à aquisição e à alienação de ativos não financeiros, como a formação de capital fixo (investimento em infraestruturas, fábricas, máquinas, etc.) e a variação de estoques. Esta conta é importante porque indica como a poupança é convertida em investimentos, que são essenciais para o crescimento econômico futuro.

Essas contas funcionam em conjunto para proporcionar uma visão abrangente da produção, da distribuição de renda e do acúmulo de riqueza dentro de uma economia. Além disso, o SCN também inclui contas financeiras que registram as transações de ativos financeiros e passivos, como empréstimos, investimentos e fluxos de capital, oferecendo um panorama completo das interações econômicas.

Balanco entre Oferta e Demanda

O SCN utiliza o princípio do equilíbrio entre oferta e demanda, segundo o qual a produção total de uma economia (oferta) deve ser igual à demanda total, composta pelo consumo das famílias, pelos gastos do governo, pelo investimento e pelas exportações líquidas (exportações menos importações). Esse balanço é expresso na seguinte equação fundamental:

$$PIB = C + I + G + (X - M)$$

Onde:

- C = Consumo das famílias
- I = Investimentos
- G = Gastos do governo
- X = Exportações
- M = Importações

Esse equilíbrio garante que todos os bens e serviços produzidos tenham uma destinação final, seja para o consumo interno ou para o mercado externo. A partir dessa equação, os economistas podem analisar os desequilíbrios macroeconômicos, como déficits comerciais (quando as importações superam as exportações) ou aumentos excessivos no gasto público.

Revisões e Atualizações do SCN

O SCN é constantemente revisado para incorporar novas realidades econômicas e atender às necessidades de um ambiente econômico globalizado. As revisões mais recentes incluíram a incorporação de aspectos como o capital humano, o impacto das mudanças tecnológicas e o meio ambiente. Essas mudanças buscam refletir melhor as transformações nas economias contemporâneas, como a crescente relevância do setor de serviços e das novas formas de produção.

Outra tendência recente é a inclusão de indicadores relacionados ao desenvolvimento sustentável, com o objetivo de medir os impactos ambientais da atividade econômica e garantir que o crescimento de um país seja sustentável a longo prazo.

A metodologia e estrutura do SCN proporcionam uma base sólida para a medição da economia de forma precisa e padronizada. A classificação das atividades econômicas e a organização por setores institucionais permitem uma análise detalhada e segmentada de como os diferentes agentes econômicos interagem entre si.

As contas correntes e de capital, juntamente com o balanço entre oferta e demanda, oferecem uma visão integrada da economia, tornando o SCN uma ferramenta indispensável para a formulação de políticas públicas e para a compreensão das dinâmicas econômicas.

Métodos de Cálculo do PIB no SCN

O Produto Interno Bruto (PIB) é um dos principais indicadores dentro do Sistema de Contas Nacionais (SCN), sendo amplamente utilizado para medir o desempenho econômico de um país.

Para calcular o PIB, o SCN adota três abordagens distintas, cada uma oferecendo uma perspectiva diferente sobre a geração e o uso da riqueza. Essas abordagens são: o método da produção, o método da renda e o método da despesa.

Método da Produção

O método da produção (também chamado de método do valor agregado) calcula o PIB somando o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país durante um determinado período.

Esse método é amplamente utilizado porque foca diretamente no processo produtivo e é uma forma eficaz de medir a capacidade produtiva de uma economia.

Etapas do Cálculo:

– **Valor Bruto da Produção:** Soma-se o valor total de bens e serviços gerados por cada setor da economia (agricultura, indústria, serviços, etc.).

– **Dedução dos Insumos Intermediários:** Para evitar a dupla contagem, subtrai-se o valor dos bens e serviços intermediários, ou seja, os insumos usados na produção de outros bens e serviços.

– **Valor Adicionado Bruto (VAB):** O resultado final é o valor agregado ou valor adicionado bruto, que é a contribuição líquida de cada setor produtivo à economia. A soma de todos os valores agregados corresponde ao PIB.

Exemplo:

Uma empresa de automóveis vende carros no valor de R\$ 1 milhão, mas gastou R\$ 400 mil em peças e componentes adquiridos de outras empresas. O valor adicionado seria de R\$ 600 mil (R\$ 1 milhão - R\$ 400 mil). Ao fazer isso em toda a economia, o valor agregado de todos os setores é somado para chegar ao PIB.

Este método é útil para entender a estrutura produtiva de um país, identificando os setores que mais contribuem para o PIB. Ele é particularmente eficiente na análise de cadeias produtivas e na avaliação da eficiência de diferentes setores econômicos.

Método da Renda

O método da renda foca na distribuição da renda gerada pela produção de bens e serviços. A lógica por trás dessa abordagem é que a produção de bens e serviços cria rendimentos para os fatores de produção: trabalho, capital e terra. Assim, o PIB é calculado pela soma de todas as rendas geradas na economia.

Principais Componentes do Cálculo:

- **Salários e Remuneração:** Inclui todos os salários, benefícios e outros pagamentos feitos aos trabalhadores.
- **Lucros das Empresas:** Lucros retidos e distribuídos pelas empresas.
- **Aluguéis:** Renda gerada por aluguéis de propriedades ou recursos naturais.
- **Juros:** Pagamentos de juros sobre empréstimos e dívidas.
- **Impostos sobre a Produção e Importação:** Tributos como o ICMS e o IPI, subtraídos dos subsídios concedidos pelo governo.

Exemplo:

Se a soma dos salários pagos pelas empresas é R\$ 500 mil, os lucros das empresas somam R\$ 300 mil, os juros e aluguéis pagos são de R\$ 100 mil, e os impostos sobre a produção somam R\$ 50 mil, o PIB pela ótica da renda seria a soma dessas componentes: R\$ 950 mil.

O método da renda é particularmente útil para analisar como a riqueza gerada na economia é distribuída entre os diferentes agentes, como trabalhadores, proprietários de capital e o governo, proporcionando uma visão da desigualdade e da repartição dos benefícios econômicos.

Método da Despesa

O método da despesa calcula o PIB pela soma das despesas realizadas pelos diferentes agentes econômicos na aquisição de bens e serviços finais. Nesse método, o foco está na demanda agregada, ou seja, na soma de todos os gastos feitos por consumidores, empresas, governo e pelo setor externo.

Componentes do Cálculo:

- **Consumo das Famílias (C):** Inclui todas as despesas realizadas pelas famílias em bens duráveis, não duráveis e serviços.
- **Investimento (I):** Representa os gastos em bens de capital, como máquinas, equipamentos e construções, além da variação de estoques.
- **Gastos do Governo (G):** Refere-se às despesas do governo com bens e serviços, como saúde, educação e segurança. Não inclui transferências, como aposentadorias e subsídios.

– **Exportações Líquidas (X – M):** Calcula a diferença entre o valor das exportações e o das importações. Se um país exporta mais do que importa, o saldo é positivo e contribui para o PIB; se importa mais do que exporta, o saldo é negativo e reduz o PIB.

A equação básica para o cálculo do PIB pela ótica da despesa é a seguinte:

$$PIB = C + I + G + (X - M)$$

Exemplo:

Se as famílias gastam R\$ 600 mil, os investimentos somam R\$ 200 mil, os gastos do governo são de R\$ 150 mil, e as exportações líquidas são de R\$ 50 mil, o PIB pela ótica da despesa seria:

$$PIB = R\$ 600 \text{ mil (C)} + R\$ 200 \text{ mil (I)} + R\$ 150 \text{ mil (G)} + R\$ 50 \text{ mil (X - M)} = R\$ 1 \text{ milhão}$$

Esse método é amplamente utilizado em análises macroeconômicas porque permite entender como as diferentes formas de demanda (consumo, investimento, etc.) influenciam o crescimento econômico. Ele também é uma ferramenta valiosa para a formulação de políticas públicas, como o estímulo ao consumo ou ao investimento.

Diferença entre PIB Nominal e PIB Real

O PIB nominal é calculado a preços correntes, ou seja, com base nos preços vigentes no período em que os bens e serviços foram produzidos. Isso significa que o PIB nominal pode ser influenciado por variações nos preços, como a inflação, não refletindo necessariamente um aumento real na produção.

Por outro lado, o PIB real ajusta os valores levando em consideração as variações de preços ao longo do tempo, utilizando um ano base para corrigir a inflação. Dessa forma, o PIB real oferece uma medida mais precisa do crescimento econômico, pois elimina os efeitos da variação dos preços.

Exemplo:

Se em 2023 o PIB nominal de um país foi de R\$ 2 trilhões, mas houve uma inflação de 5%, o PIB real seria ajustado para refletir o nível de produção a preços constantes, digamos de R\$ 1,9 trilhões. Isso permite uma análise mais fidedigna do crescimento da economia, separando os efeitos da inflação.

Aplicações e Importância dos Diferentes Métodos

Cada um dos métodos de cálculo do PIB oferece insights específicos sobre a economia:

- **Produção:** Foca nas atividades produtivas e no desempenho setorial, sendo útil para medir a eficiência de diferentes setores econômicos.
- **Renda:** Esclarece a distribuição da riqueza gerada na economia, essencial para avaliar questões de desigualdade e o impacto das políticas fiscais.
- **Despesa:** Examina a demanda agregada e o comportamento dos consumidores, investidores e governo, sendo chave para a formulação de políticas de estímulo econômico.

Os três métodos de cálculo do PIB – produção, renda e despesa – são complementares e fornecem uma visão completa do desempenho econômico de um país. O PIB nominal e o PIB real permitem uma análise tanto do nível de produção quanto do im-

MERCADOS FINANCEIROS E DE CAPITAIS

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional é formado por um conjunto de instituições cujo principal objetivo é proporcionar condições satisfatórias para a manutenção dos fluxos de recursos financeiros entre poupadores e investidores do país. O Sistema Financeiro Nacional visa criar condições para a liquidez de títulos e valores mobiliários no mercado financeiro.

Tomadores finais de recursos (Agentes Deficitários)

São agentes que possuem um nível de despesa superior à capacidade de gerar receitas; por esse motivo, acabam tendo a necessidade de utilizar recursos de terceiros para ajuste orçamentário. Logo, estão dispostos a pagar juros para resolver o déficit orçamentário.

Doadores finais de recursos (Agentes Superavitários)

São agentes que conseguem gerar recursos em volume maior do que suas despesas, ocasionando um excedente financeiro. Logo, estão dispostos a alocar seus recursos em uma instituição financeira, em troca do recebimento de juros sobre o capital.

Instituições Financeiras (Intermediadoras)

As instituições financeiras possuem um papel importante no SFN, atuando propiciando que o excesso de liquidez financeira produzida pelos agentes superavitários possa ser redirecionado para os agentes deficitários que possuem escassez de recurso

s.



MERCADO MONETÁRIO

O mercado monetário é um dos principais componentes do sistema financeiro de um país, responsável por intermediar operações de curto prazo e garantir a liquidez da economia. Sua função primordial é fornecer um ambiente no qual instituições financeiras e outros agentes possam negociar títulos e ativos de alta liquidez com vencimentos geralmente inferiores a um ano. É um mercado de vital importância, tanto para a saúde do sistema financeiro quanto para a execução das políticas monetárias adotadas pelo governo, sobretudo por meio da atuação do Banco Central.

Em termos gerais, o mercado monetário pode ser entendido como o conjunto de operações financeiras que ocorrem em prazos curtos, permitindo que instituições capturem ou apliquem recursos rapidamente. Isso possibilita ajustes diários na oferta de dinheiro, impactando diretamente a quantidade de moeda circulante na economia e, por consequência, as taxas de juros de curto prazo.

— Importância para a Economia e o Sistema Financeiro

A relevância do mercado monetário vai além da simples negociação de ativos financeiros. Ele desempenha um papel crucial na manutenção da estabilidade econômica, pois permite que o Banco Central tenha maior controle sobre a liquidez do sistema. Através de instrumentos como operações de mercado aberto e ajustes na taxa Selic (taxa básica de juros), a autoridade monetária consegue influenciar o custo do crédito e o nível de atividade econômica. Dessa forma, o mercado monetário se torna essencial para a imple-

mentação da política monetária, que visa manter a inflação sob controle, promover o crescimento econômico e garantir a estabilidade do sistema bancário.

Além disso, o mercado monetário oferece às instituições financeiras a possibilidade de ajustar sua posição de caixa, equilibrando captações e empréstimos em prazos curtos. Por isso, ele serve como uma ferramenta fundamental para o funcionamento eficiente dos bancos, cooperativas de crédito e outras entidades financeiras, que podem suprir suas necessidades de liquidez diária ou semanal. Essas operações rápidas garantem que essas instituições mantenham níveis adequados de caixa para cumprir suas obrigações com clientes e reguladores.

Por fim, a interação entre os diversos agentes econômicos no mercado monetário, incluindo bancos, governo, empresas e investidores, ajuda a formar taxas de juros de curto prazo que são referência para o restante da economia. Esse processo de formação de preços é um elemento essencial para a determinação do custo do dinheiro, influenciando desde os empréstimos pessoais até grandes investimentos corporativos.

Em resumo, o mercado monetário é um pilar do sistema financeiro, fundamental para a liquidez, a formação de taxas de juros e o controle da política monetária. Ele oferece mecanismos ágeis para a negociação de recursos e proporciona a estabilidade necessária para o bom funcionamento da economia como um todo.

— Características do Mercado Monetário

O mercado monetário possui algumas características fundamentais que o diferenciam de outros segmentos do sistema financeiro, como o mercado de capitais ou o mercado cambial. Essas características estão diretamente ligadas à natureza das operações realizadas, aos prazos envolvidos, aos tipos de ativos negociados e aos principais participantes. Compreender essas particularidades é essencial para captar como o mercado monetário opera e como ele influencia o restante da economia.

Prazo das Operações

Uma das principais características do mercado monetário é o curto prazo das operações. Ao contrário de mercados como o de capitais, onde os investimentos costumam ser de médio ou longo prazo, as transações no mercado monetário têm vencimentos geralmente inferiores a um ano, e muitas vezes até inferiores a um mês ou até mesmo um dia.

Esse aspecto de curto prazo é crucial para a liquidez do sistema financeiro, uma vez que permite aos bancos e outras instituições financeiras ajustarem rapidamente sua posição de caixa. Por exemplo, se uma instituição precisa de recursos temporários para cobrir um desequilíbrio de caixa, ela pode recorrer ao mercado monetário para captar recursos de forma imediata e com um vencimento muito curto. Essa flexibilidade é essencial para o funcionamento cotidiano do sistema bancário.

Ativos Negociados

Os ativos negociados no mercado monetário possuem alta liquidez e baixo risco. Isso significa que eles podem ser convertidos em dinheiro rapidamente sem grande perda de valor, o que é fundamental para a função de fornecer liquidez ao sistema financeiro. Entre os principais ativos negociados estão:

— **Depósitos Interfinanceiros (DI):** Utilizados principalmente entre bancos para ajustar suas posições de caixa.

— **Certificados de Depósito Bancário (CDB):** Títulos emitidos por bancos para captar recursos de curto prazo junto a investidores.

— **Letras de Câmbio (LC):** Um título privado, semelhante ao CDB, mas geralmente emitido por financeiras.

— **Títulos Públicos:** Títulos emitidos pelo governo para controle da oferta de dinheiro na economia, como as operações compromissadas.

Esses ativos compartilham características como segurança e fácil negociação, tornando-os atrativos tanto para instituições financeiras quanto para investidores que buscam rentabilidade em prazos curtos com baixos níveis de risco.

Participantes do Mercado

O mercado monetário é composto por uma série de agentes financeiros e econômicos, sendo que os principais são as instituições financeiras, como bancos comerciais, bancos de investimento, cooperativas de crédito e o próprio governo, através do Banco Central. Cada um desses agentes desempenha um papel importante na dinâmica do mercado.

— **Bancos Comerciais e de Investimento:** Esses são os maiores participantes do mercado monetário. Eles utilizam esse mercado para captar recursos rapidamente e para emprestar fundos excedentes de curto prazo a outras instituições.

— **Banco Central:** O Banco Central exerce um papel fundamental no mercado monetário, atuando como regulador e executor de políticas monetárias. Ele intervém diretamente por meio de operações de mercado aberto, ajustando a liquidez do sistema e, por extensão, controlando as taxas de juros de curto prazo.

— **Investidores Institucionais:** Fundos de pensão, seguradoras e grandes empresas também participam do mercado monetário, buscando oportunidades para aplicar seus recursos excedentes em ativos de curto prazo e baixo risco.

Risco e Liquidez

Outro aspecto importante do mercado monetário é a sua combinação de alta liquidez com baixo risco. Como as operações têm prazos curtos e os ativos são de alta qualidade, o risco de inadimplência é reduzido. Além disso, os ativos podem ser facilmente convertidos em dinheiro, o que é essencial para garantir a estabilidade financeira e a confiança dos participantes. Por exemplo, um banco que precise de recursos imediatamente pode vender ou usar como garantia esses ativos altamente líquidos para obter fundos rapidamente.

Essa característica de liquidez é fundamental, pois garante que as instituições possam ajustar suas posições sem afetar significativamente os preços ou criar instabilidades no mercado. Além disso, como os prazos são curtos, a exposição ao risco de mudanças nas condições econômicas é limitada, o que torna o mercado monetário menos volátil do que mercados de longo prazo, como o mercado de ações ou de títulos corporativos.

Influência nas Taxas de Juros

A dinâmica do mercado monetário também influencia diretamente as taxas de juros de curto prazo, como a taxa Selic no Brasil. As taxas de juros praticadas nesse mercado servem como referência para outras operações financeiras, especialmente no que se refere a empréstimos e captações de curto prazo. Quando o Banco Central altera a taxa Selic ou realiza operações de com-

pra e venda de títulos no mercado aberto, ele está, na verdade, ajustando a liquidez no mercado monetário, o que se reflete diretamente nas taxas de juros praticadas entre as instituições.

Em suma, as características do mercado monetário – como o curto prazo, a liquidez elevada, o baixo risco e a presença de ativos de alta qualidade – o tornam uma peça essencial para o equilíbrio financeiro e para a execução de políticas econômicas, ao mesmo tempo em que oferecem oportunidades de investimento e captação para os participantes do sistema financeiro.

— Principais Instrumentos do Mercado Monetário

O mercado monetário é caracterizado pela negociação de uma série de instrumentos financeiros voltados para operações de curto prazo e alta liquidez. Esses instrumentos são fundamentais para que instituições financeiras, empresas e o governo possam ajustar sua posição de caixa, captar recursos temporários ou aplicar excedentes financeiros com segurança e eficiência. Conhecer os principais instrumentos do mercado monetário é essencial para entender como esse mercado funciona e como ele impacta a liquidez e as taxas de juros na economia.

Depósitos Interfinanceiros (DI)

Os Depósitos Interfinanceiros (DI) são operações realizadas exclusivamente entre instituições financeiras, sendo uma das formas mais comuns de captação e aplicação de recursos de curto prazo entre bancos. Essas operações não envolvem o público em geral, mas são essenciais para a gestão da liquidez no sistema bancário. Elas servem para que bancos que têm excesso de recursos possam emprestar a bancos que estão temporariamente com falta de caixa, ajudando a equilibrar as reservas bancárias no curto prazo.

— Características do DI:

- Prazo geralmente de um dia, mas pode variar para períodos curtos.

- O DI é uma operação sem garantia real (sem colaterais), o que requer confiança entre as instituições.

- A taxa de juros negociada nessas operações influencia diretamente outros indicadores financeiros, como o CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que é amplamente utilizado como referência para diversas aplicações financeiras no Brasil.

O CDI, em particular, é um índice amplamente utilizado no mercado financeiro para remunerar fundos de investimento, CDBs e outros produtos, servindo como uma espécie de “termômetro” do custo de captação no mercado interbancário.

Certificados de Depósito Bancário (CDB)

O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é um dos instrumentos mais conhecidos e utilizados no mercado monetário, sendo uma forma comum de captação de recursos pelos bancos. O CDB é emitido pelas instituições financeiras para captar recursos junto a investidores, oferecendo em troca uma remuneração geralmente atrelada a taxas de juros como o CDI ou a taxa Selic.

— Características do CDB:

- Pode ter prazos variáveis, embora os mais comuns sejam de curto a médio prazo.

- Pode ser pré ou pós-fixado, ou seja, o rendimento pode ser definido no momento da contratação (pré-fixado) ou variar de acordo com índices como o CDI (pós-fixado).

- É garantido pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), até o limite de R\$ 250 mil por CPF e por instituição financeira, o que reduz o risco para o investidor.

Os CDBs são uma forma popular de investimento de curto prazo para investidores que buscam segurança e rentabilidade, ao mesmo tempo em que ajudam os bancos a manter sua liquidez e financiar suas atividades de crédito.

Letras de Câmbio (LC)

As Letras de Câmbio (LC) são títulos emitidos por financeiras e outras instituições que não são bancos comerciais. Elas têm uma função semelhante aos CDBs, pois são usadas para captar recursos junto a investidores, oferecendo uma taxa de rendimento em troca do capital aplicado. Assim como os CDBs, as LCs também podem ser pré ou pós-fixadas e têm garantias do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), o que torna este um investimento relativamente seguro.

— Características da LC:

- Geralmente emitidas por financeiras, que as utilizam para financiar suas operações de crédito.

- Prazos variáveis, mas geralmente de curto a médio prazo.

- Rendimento atrelado a índices de mercado, como o CDI ou a taxa Selic.

As Letras de Câmbio são uma opção interessante para investidores que buscam diversificar seus investimentos em títulos de curto prazo com garantia, além de oferecerem taxas de juros competitivas em relação a outros produtos de renda fixa.

Operações de Compromissadas (Repos)

As operações de compromissadas, também conhecidas como repos, são acordos de recompra de títulos públicos ou privados. Nessa operação, uma instituição vende um ativo (geralmente um título público) para outra instituição com o compromisso de recomprá-lo em uma data futura a um preço previamente acordado. Essas operações são extremamente comuns no mercado monetário e são amplamente utilizadas pelo Banco Central para regular a liquidez do sistema financeiro.

— Características das Operações de Compromissadas:

- São operações de curtíssimo prazo, geralmente de um dia ou até uma semana.

- Podem envolver títulos públicos ou privados, mas as mais comuns são as compromissadas com títulos públicos.

- O vendedor se compromete a recomprar o título, o que dá segurança ao comprador, já que o ativo vendido (geralmente um título de alta qualidade, como os públicos) serve como garantia.

As operações de compromissadas são uma ferramenta central na política monetária do Banco Central. Por meio dessas operações, o Banco Central pode controlar a quantidade de dinheiro em circulação, comprando títulos (injetando dinheiro na economia) ou vendendo títulos (retirando dinheiro da economia).

Títulos Públicos Federais

Os títulos públicos federais, emitidos pelo Tesouro Nacional, também fazem parte do mercado monetário quando utilizados em operações de curto prazo. Eles são negociados no mercado secundário, especialmente em operações de mercado aberto

conduzidas pelo Banco Central, como mencionado nas operações de compromissadas. Os títulos mais comuns usados nessas operações são:

– **Letras do Tesouro Nacional (LTN):** Títulos prefixados, vendidos a um valor de desconto em relação ao seu valor de face, sendo resgatados pelo valor integral na data de vencimento.

– **Notas do Tesouro Nacional (NTN):** Podem ser indexadas a algum índice, como a inflação, ou ter taxa fixa.

Esses títulos são essenciais para o Banco Central conduzir suas políticas monetárias, pois permitem controlar a oferta de dinheiro e influenciar as taxas de juros de curto prazo.

Esses instrumentos formam a espinha dorsal do mercado monetário, proporcionando liquidez, segurança e flexibilidade para os agentes econômicos. Cada um desses instrumentos desempenha um papel crucial na manutenção da estabilidade financeira e na implementação das políticas monetárias do Banco Central.

— O Papel do Banco Central no Mercado Monetário

O Banco Central tem um papel fundamental no mercado monetário, atuando como regulador, supervisor e executor de políticas monetárias que afetam diretamente a liquidez e as taxas de juros de curto prazo na economia.

Sua atuação é essencial para garantir a estabilidade financeira e a eficiência do sistema bancário, controlando a quantidade de dinheiro em circulação e influenciando o custo do crédito.

Controle de Liquidez

Uma das funções primordiais do Banco Central no mercado monetário é o controle da liquidez no sistema financeiro. Liquidez, nesse contexto, refere-se à quantidade de dinheiro disponível para as operações de curto prazo entre bancos, empresas e outros agentes econômicos. Quando há excesso de liquidez, o crédito se torna mais barato, o que pode estimular o consumo e, eventualmente, a inflação. Por outro lado, se a liquidez é escassa, o custo do crédito aumenta, podendo desacelerar a economia.

O Banco Central ajusta a liquidez do mercado por meio de uma série de instrumentos, como as operações de mercado aberto e a definição de taxas de redesconto, entre outros. O objetivo é garantir que a quantidade de dinheiro disponível seja adequada para o bom funcionamento da economia, evitando tanto o excesso quanto a escassez de recursos.

Operações de Mercado Aberto

As operações de mercado aberto são uma das ferramentas mais importantes do Banco Central para controlar a liquidez. Nesse tipo de operação, o Banco Central compra ou vende títulos públicos no mercado com o objetivo de aumentar ou reduzir a quantidade de dinheiro em circulação.

– **Compra de Títulos:** Quando o Banco Central compra títulos públicos de bancos e outras instituições financeiras, ele está injetando dinheiro na economia, aumentando a liquidez. Essa medida é geralmente utilizada em períodos de recessão ou baixo crescimento, quando há necessidade de estimular o crédito e o consumo.

– **Venda de Títulos:** Por outro lado, quando o Banco Central vende títulos públicos, ele retira dinheiro de circulação, reduzindo a liquidez no sistema. Essa medida é frequentemente adotada

quando há riscos de inflação, já que restringir a oferta de dinheiro tende a aumentar as taxas de juros, encarecendo o crédito e desestimulando o consumo e o investimento.

Essas operações são realizadas no chamado mercado secundário de títulos públicos, que é onde esses títulos são negociados após sua emissão inicial. As operações de mercado aberto têm efeitos imediatos sobre as taxas de juros de curto prazo e, por conseguinte, sobre a taxa Selic, que é a taxa básica de juros da economia.

Taxa Selic e sua Influência

A taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) é a taxa básica de juros da economia brasileira e uma das principais ferramentas de política monetária do Banco Central. Ela influencia todas as demais taxas de juros, desde aquelas aplicadas em operações de crédito entre bancos até as taxas de financiamento ao consumidor e de investimentos empresariais.

A Selic é determinada com base nas operações de mercado aberto realizadas pelo Banco Central, e seu valor é fixado nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom). Quando o Banco Central deseja estimular a economia, ele reduz a taxa Selic, tornando o crédito mais barato e incentivando o consumo e os investimentos. Por outro lado, quando a inflação está fora de controle, o Banco Central pode aumentar a Selic para encarecer o crédito, reduzir o consumo e, conseqüentemente, conter o aumento dos preços.

O impacto da taxa Selic no mercado monetário é direto, pois ela define o custo dos empréstimos de curto prazo entre os bancos. A partir daí, sua influência se espalha para outras áreas da economia, afetando o custo do crédito em geral, desde financiamentos habitacionais até o crédito rotativo. Além disso, a Selic também serve como referência para o rendimento de diversos instrumentos financeiros, como os Certificados de Depósito Bancário (CDB) e as operações de Depósitos Interfinanceiros (DI).

Instrumento de Controle de Inflação

Outro papel crucial do Banco Central é o controle da inflação, e o mercado monetário é uma das principais arenas onde essa política se concretiza. Ao manipular a liquidez e a taxa de juros no mercado monetário, o Banco Central consegue influenciar o nível de demanda na economia. Isso ocorre porque a variação da taxa de juros afeta diretamente o custo do crédito e o comportamento de consumo e investimento das pessoas e empresas.

– **Redução da Inflação:** Quando a inflação está alta, o Banco Central tende a adotar uma política monetária mais restritiva, aumentando a taxa Selic e retirando liquidez do mercado. Com o crédito mais caro, o consumo e os investimentos tendem a diminuir, o que ajuda a conter a inflação.

– **Estimulação da Economia:** Em contrapartida, quando a inflação está controlada e a economia necessita de estímulos, o Banco Central pode reduzir a taxa de juros e injetar mais dinheiro na economia, facilitando o acesso ao crédito e incentivando o consumo e os investimentos.

Esse ciclo de controle da inflação e estímulo ao crescimento econômico é um dos papéis mais delicados do Banco Central, já que ele precisa equilibrar as necessidades de crescimento econômico com o risco de inflação.

OPERAÇÕES TÍPICAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

CONCEITOS, FUNÇÕES E TIPOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Conceito geral de instituições financeiras

Instituições financeiras são entidades que atuam como intermediárias no mercado financeiro, facilitando o fluxo de recursos entre poupadores e tomadores de crédito. Elas desempenham um papel fundamental no funcionamento da economia, ao promover a circulação de dinheiro, crédito e capital. Essas instituições podem oferecer uma gama variada de serviços financeiros, como concessão de empréstimos, administração de investimentos, seguro e gestão de pagamentos.

O conceito de instituição financeira abrange uma diversidade de organizações, desde os bancos comerciais tradicionais até corretoras de valores e seguradoras. A função primária dessas entidades é garantir que indivíduos e empresas tenham acesso ao capital necessário para investir, consumir e gerar riqueza, contribuindo para o crescimento econômico de um país.

Importância das instituições financeiras no sistema econômico

A relevância das instituições financeiras no sistema econômico não pode ser subestimada. Elas garantem a alocação eficiente de recursos, facilitam o acesso ao crédito, e asseguram a estabilidade do sistema monetário. Ao fornecer mecanismos para poupança, investimento e circulação de dinheiro, essas instituições permitem que economias cresçam de forma sustentável e que o consumo seja estimulado.

Além disso, as instituições financeiras exercem um papel vital na redução de riscos financeiros. Elas atuam como intermediárias que, ao fornecerem serviços como seguro e produtos de investimento diversificados, ajudam empresas e indivíduos a gerenciar e mitigar riscos econômicos, financeiros e operacionais.

Funções das Instituições Financeiras

Intermediação financeira

A principal função das instituições financeiras é a intermediação financeira. Isso significa que elas captam recursos de agentes superavitários (aqueles que têm mais dinheiro do que gastam) e emprestam para agentes deficitários (aqueles que precisam de dinheiro para investir ou consumir). Esse processo de intermediação garante que o capital flua de maneira eficiente, facilitando o desenvolvimento econômico.

Por exemplo, quando uma pessoa deposita dinheiro em um banco, a instituição usa esses recursos para conceder empréstimos a empresas ou outros indivíduos. Sem essa intermediação,

seria muito mais difícil para quem tem excesso de recursos encontrar diretamente quem precisa de capital, tornando o sistema financeiro menos eficiente.

Oferecimento de serviços financeiros

Além da intermediação, as instituições financeiras oferecem uma ampla gama de serviços financeiros. Estes incluem:

- Contas correntes e poupança: Facilita a administração do dinheiro pessoal e empresarial.
- Empréstimos e financiamentos: Proporcionam capital para consumidores e empresas.
- Investimentos: Oferecem produtos financeiros, como fundos de investimento e ações, para quem deseja aplicar seus recursos.
- Seguros: Protegem contra riscos financeiros em diversas situações, como acidentes, doenças ou perda de bens.

Esses serviços permitem que indivíduos e empresas tenham acesso a uma variedade de soluções para poupança, investimento e proteção contra riscos.

Garantia da liquidez e segurança dos ativos

As instituições financeiras são essenciais para garantir a liquidez no mercado, ou seja, assegurar que as pessoas e empresas possam converter seus ativos em dinheiro com facilidade quando necessário. Bancos, por exemplo, garantem que os correntistas possam sacar seus depósitos a qualquer momento. Ao mesmo tempo, essas instituições garantem a segurança dos ativos, protegendo o dinheiro dos depositantes e investidores através de mecanismos como seguros de depósito e regulamentações rígidas.

Facilitação de pagamentos e transferências

Outra função essencial das instituições financeiras é a facilitação de pagamentos e transferências. Elas oferecem os meios para que transações sejam realizadas de forma segura e eficiente, seja em nível doméstico ou internacional. Com a evolução tecnológica, essas operações se tornaram cada vez mais rápidas e acessíveis, com a introdução de serviços como cartões de crédito, transferências eletrônicas e plataformas de pagamento digital.

Classificação das Instituições Financeiras

Bancárias e não bancárias

As instituições financeiras podem ser classificadas de diversas maneiras. Uma das principais classificações é entre instituições bancárias e não bancárias. Instituições bancárias são aquelas que podem captar depósitos do público e conceder empréstimos, como bancos comerciais. Já as instituições não ban-

cárias incluem corretoras de valores, seguradoras, e fundos de investimento, que oferecem outros serviços financeiros, mas não captam depósitos.

Instituições financeiras públicas e privadas

Outro critério de classificação é a natureza de sua propriedade. Instituições financeiras públicas são aquelas controladas pelo governo, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Elas desempenham um papel estratégico no desenvolvimento econômico, muitas vezes atuando em áreas que o setor privado evita, como financiamento de infraestrutura. Já as instituições privadas são controladas por acionistas privados, como o Bradesco e o Itaú, e buscam maximizar o lucro para seus proprietários.

Instituições financeiras nacionais e internacionais

Por fim, é possível classificar as instituições financeiras com base em sua atuação geográfica. As instituições financeiras nacionais operam principalmente dentro das fronteiras de um país, enquanto as internacionais têm operações ou presença em vários países. Essas últimas são importantes para facilitar o comércio internacional e as transações financeiras globais.

Principais Tipos de Instituições Financeiras

Bancos comerciais

Os bancos comerciais são talvez as instituições financeiras mais conhecidas. Eles oferecem serviços como contas correntes, poupança, empréstimos e financiamentos, além de facilitarem pagamentos e transferências. Eles são essenciais para a economia ao disponibilizarem crédito para indivíduos e empresas.

Cooperativas de crédito

As cooperativas de crédito são organizações financeiras sem fins lucrativos que pertencem aos seus próprios membros. Elas oferecem serviços semelhantes aos dos bancos, mas com taxas geralmente mais baixas e condições mais vantajosas para seus associados, já que visam o benefício dos membros, e não o lucro.

Corretoras e distribuidoras de valores mobiliários

As corretoras de valores facilitam a compra e venda de ações, títulos e outros ativos financeiros. Elas atuam como intermediárias no mercado de capitais, permitindo que investidores tenham acesso a diversos tipos de investimentos.

Seguradoras

As seguradoras têm como principal função proteger indivíduos e empresas contra riscos, oferecendo apólices de seguro para cobrir perdas em caso de acidentes, doenças, morte, entre outros eventos imprevistos.

Fundos de pensão

Os fundos de pensão são instituições financeiras que administram recursos de aposentadoria de trabalhadores, garantindo que eles terão uma renda ao se aposentarem. Esses fundos investem as contribuições dos trabalhadores para gerar retorno a longo prazo.

O Papel das Instituições Financeiras na Economia

Fomento ao desenvolvimento econômico

As instituições financeiras são motores do desenvolvimento econômico. Ao fornecerem crédito e capital, elas possibilitam o investimento em novas empresas, tecnologias e infraestrutura, essenciais para o crescimento econômico.

Controle da inflação e regulação do crédito

As políticas monetárias implementadas por bancos centrais e outras instituições financeiras têm um impacto direto na inflação e no crédito disponível. Elas ajustam as taxas de juros e regulam a oferta de dinheiro, influenciando o comportamento econômico.

Apoio ao crescimento de setores estratégicos

Instituições financeiras públicas, em especial, desempenham um papel vital no apoio ao crescimento de setores estratégicos, como agricultura, infraestrutura e inovação tecnológica. Elas oferecem financiamentos e linhas de crédito a condições especiais, visando impulsionar áreas prioritárias para o desenvolvimento do país.

Resumo das principais ideias

As instituições financeiras são fundamentais para o funcionamento da economia moderna, atuando na intermediação de recursos, fornecimento de serviços financeiros, e facilitando pagamentos. Elas podem ser classificadas em diferentes categorias e desempenham papéis cruciais no crescimento econômico.

Desafios atuais enfrentados pelas instituições financeiras

O setor enfrenta desafios significativos, como a regulação crescente, o impacto das inovações tecnológicas (como as fintechs), e a necessidade de adaptação a um ambiente econômico global cada vez mais dinâmico.

Tendências e inovações no setor financeiro

Nos próximos anos, espera-se que o setor financeiro continue a evoluir, com o aumento da digitalização dos serviços e o surgimento de novos modelos de negócios, como o open banking e o uso de blockchain para garantir transações mais seguras e transparentes.

INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E NÃO BANCÁRIAS

O sistema financeiro nacional é composto por uma ampla variedade de instituições que desempenham funções essenciais para o funcionamento da economia. Ele é responsável pela intermediação entre poupadores e tomadores de recursos, facilitando a alocação de capital, o crédito e a liquidez no mercado. Dentro desse contexto, as instituições financeiras são divididas em duas grandes categorias: instituições bancárias e instituições não bancárias. Entender a diferença entre essas duas categorias e suas respectivas funções é fundamental para quem está se preparando para concursos públicos, especialmente em áreas que

envolvem conhecimentos bancários, como os concursos para a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Central e outras instituições do setor financeiro.

De forma geral, as instituições bancárias são aquelas que têm permissão para captar depósitos à vista do público, como os bancos comerciais. Elas desempenham um papel central no sistema financeiro ao realizar funções como concessão de crédito, gerenciamento de contas correntes e operações de câmbio. Por outro lado, as instituições não bancárias não têm essa permissão, mas atuam de maneira complementar, oferecendo serviços financeiros importantes como crédito, corretagem de valores mobiliários, seguros e até empréstimos. Exemplos dessas instituições incluem corretoras de valores, cooperativas de crédito e sociedades de crédito, financiamento e investimento.

O entendimento da diferença entre instituições bancárias e não bancárias não é apenas uma questão teórica. Esse conhecimento é frequentemente exigido em provas de concurso público, sendo tema de questões que abordam a estrutura do sistema financeiro, o papel de cada tipo de instituição, e as funções de regulação e supervisão exercidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e outros órgãos. Além disso, compreender essa distinção ajuda o candidato a visualizar como as diferentes instituições interagem no mercado, como influenciam a economia e qual o impacto que têm no dia a dia da população.

— Instituições Bancárias

As instituições bancárias são a espinha dorsal do sistema financeiro de qualquer país. Elas desempenham um papel central na economia, principalmente por sua capacidade de captar recursos junto ao público e redistribuí-los na forma de crédito, financiamentos e outros serviços financeiros.

Essas instituições são regulamentadas e supervisionadas de maneira rigorosa por órgãos como o Banco Central do Brasil (BACEN), dada sua importância estratégica para a estabilidade econômica. Entender o funcionamento, as características e os tipos de instituições bancárias é crucial tanto para quem está se preparando para concursos públicos quanto para quem deseja compreender o funcionamento do mercado financeiro.

Definição e Características

As instituições bancárias, também chamadas de instituições financeiras monetárias, são aquelas que possuem autorização legal para realizar determinadas operações financeiras, especialmente a captação de depósitos à vista, que são recursos que o cliente pode sacar a qualquer momento. Além dessa característica fundamental, essas instituições têm a capacidade de conceder empréstimos e financiamentos, operar em câmbio, e realizar a custódia de valores e transferências financeiras. Entre os principais serviços prestados por essas instituições estão:

- Gestão de contas correntes e poupança;
- Concessão de crédito para consumidores e empresas;
- Operações de câmbio (compra e venda de moedas estrangeiras);
- Pagamentos e transferências eletrônicas;
- Emissão de cartões de crédito e débito.

Uma característica essencial das instituições bancárias é que elas operam com o chamado efeito multiplicador de crédito, em que os depósitos recebidos são utilizados para conceder emprés-

timos, mantendo apenas uma fração dos recursos em reserva. Isso faz com que elas tenham um papel direto na criação de moeda, expandindo a oferta de crédito na economia.

Funções Principais das Instituições Bancárias

As instituições bancárias desempenham funções que vão além de simplesmente guardar o dinheiro de seus clientes. Elas são fundamentais para a estabilidade e o desenvolvimento econômico, uma vez que atuam como intermediárias financeiras entre poupadores (que têm recursos disponíveis) e tomadores (que necessitam de crédito). Suas principais funções incluem:

– **Intermediação financeira:** Conectam os agentes econômicos que possuem recursos (como poupadores e investidores) com aqueles que necessitam de recursos (como empresas e consumidores).

– **Captação de depósitos:** Ao aceitar depósitos do público, os bancos geram liquidez para a economia, facilitando pagamentos e a circulação de capital.

– **Concessão de crédito:** Fornecem financiamento para consumidores (empréstimos pessoais, crédito imobiliário) e empresas (capital de giro, financiamentos para investimentos).

– **Gestão de riscos:** Os bancos ajudam a mitigar riscos financeiros para seus clientes através de produtos como seguros, derivativos e operações de hedge.

– **Oferta de serviços financeiros:** Além de crédito, os bancos oferecem uma gama de serviços que incluem consultoria financeira, emissão de títulos, gestão de investimentos, entre outros.

Exemplos de Instituições Bancárias

No Brasil, as instituições bancárias mais conhecidas são os bancos comerciais, que podem ser públicos ou privados. Alguns exemplos incluem:

– **Bancos Comerciais:** São os bancos mais comuns e conhecidos, como Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, entre outros. Sua principal função é a captação de depósitos à vista e a concessão de crédito a curto e médio prazo.

– **Bancos de Investimento:** Focados na captação de recursos para grandes projetos empresariais e na oferta de serviços de fusão e aquisição. No Brasil, um exemplo é o BTG Pactual.

– **Caixa Econômica Federal:** Um banco público com um papel social relevante, principalmente na gestão de programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida e na administração do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

– **Bancos Cooperativos:** Instituições financeiras controladas por cooperativas de crédito, como o Bancoob (do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob).

Regulação e Supervisão pelo Banco Central

No Brasil, o Banco Central do Brasil (BACEN) é o principal órgão regulador das instituições bancárias. Ele é responsável por:

- Autorizar o funcionamento de novas instituições bancárias;
- Estabelecer normas e regulamentos que garantam a segurança e estabilidade do sistema financeiro;
- Supervisionar as operações bancárias, garantindo que as instituições sigam as regras estabelecidas, como a manutenção de reservas obrigatórias e a oferta de crédito responsável;
- Atuar como prestador de última instância, fornecendo liquidez aos bancos em momentos de crise para garantir a estabilidade do sistema financeiro.

O BACEN também monitora de perto a política monetária, utilizando os bancos como canal de transmissão de suas decisões sobre taxas de juros e controle da inflação.

As instituições bancárias desempenham um papel vital no funcionamento do sistema econômico ao intermediar o fluxo de recursos entre os diversos agentes da economia. Além de fornecer crédito e captar depósitos, essas instituições contribuem para a criação de moeda e ajudam a garantir a estabilidade financeira.

A regulação e supervisão, especialmente pelo Banco Central, asseguram que essas instituições operem de maneira segura e eficiente, minimizando riscos e promovendo o desenvolvimento econômico.

No entanto, o sistema financeiro não é composto apenas por instituições bancárias, e para compreender o panorama completo, é importante entender o papel das instituições não bancárias, que será abordado na próxima seção.

— Instituições Não Bancárias

No sistema financeiro, além das instituições bancárias tradicionais, existe uma ampla gama de instituições não bancárias, que desempenham funções igualmente importantes para a economia, embora atuem de forma diferente dos bancos. Essas instituições não têm permissão para captar depósitos à vista – uma das principais características das instituições bancárias – mas oferecem uma série de serviços financeiros que complementam o funcionamento do mercado.

Com a crescente diversificação do sistema financeiro brasileiro e a inovação tecnológica, o papel das instituições não bancárias tem ganhado destaque, principalmente por sua flexibilidade em oferecer produtos financeiros específicos e adaptados às necessidades de diferentes públicos.

Definição e Características

As instituições não bancárias são entidades financeiras que, embora ofereçam uma variedade de serviços relacionados ao crédito, financiamento e investimentos, não podem captar depósitos à vista. Isso significa que elas não têm a capacidade de oferecer contas correntes tradicionais, onde os clientes podem movimentar seus recursos livremente.

Em vez disso, essas instituições se concentram em operações de crédito especializadas, corretagem, seguro e intermediação no mercado financeiro, cumprindo uma função complementar às instituições bancárias.

Algumas das características principais dessas instituições incluem:

– **Operações especializadas:** As instituições não bancárias costumam focar em nichos específicos, como financiamento ao consumo, crédito imobiliário, seguros, previdência e corretagem de valores.

– **Restrição à captação de depósitos à vista:** A impossibilidade de captar recursos à vista as diferencia dos bancos, e, em vez disso, elas costumam se financiar por meio de emissão de títulos, captação de recursos no mercado financeiro ou fundos próprios.

– **Flexibilidade e inovação:** Muitas dessas instituições têm modelos de negócio mais ágeis e especializados, o que lhes permite se adaptar rapidamente a mudanças no mercado e oferecer produtos inovadores, como o surgimento das fintechs.

Funções Principais das Instituições Não Bancárias

Apesar de não serem bancos tradicionais, as instituições não bancárias desempenham diversas funções que complementam o sistema financeiro e atendem a demandas específicas de mercado. As principais funções dessas instituições incluem:

– **Concessão de crédito especializado:** Instituições como financeiras ou cooperativas de crédito oferecem crédito ao consumo, financiamento de veículos, crédito pessoal e financiamento imobiliário. Esses tipos de crédito são direcionados, muitas vezes, a públicos que podem não ter acesso fácil ao crédito em bancos tradicionais.

– **Corretagem de valores mobiliários:** As corretoras e distribuidoras de valores mobiliários atuam como intermediárias entre investidores e o mercado de capitais, facilitando a compra e venda de ações, títulos e outros ativos financeiros.

– **Seguros e previdência:** As seguradoras são responsáveis pela criação e gestão de produtos de seguros, oferecendo proteção contra riscos (seguro de vida, automóvel, saúde, etc.) e produtos de previdência privada, fundamentais para a segurança financeira de longo prazo.

– **Serviços de leasing:** As sociedades de arrendamento mercantil (leasing) oferecem uma alternativa de financiamento para a aquisição de bens, como veículos e equipamentos, onde o cliente utiliza o bem durante um período antes de optar pela compra definitiva.

– **Fomento mercantil (factoring):** As empresas de factoring compram créditos de empresas (como duplicatas ou faturas) a um desconto, oferecendo liquidez imediata para as empresas cedentes.

Essas instituições oferecem serviços financeiros importantes para segmentos específicos da população e empresas, contribuindo para o fluxo de capital e desenvolvimento econômico.

Exemplos de Instituições Não Bancárias

No Brasil, as instituições não bancárias têm uma forte presença no mercado financeiro, oferecendo serviços que complementam os bancos tradicionais. Entre os exemplos mais comuns estão:

– **Corretoras e Distribuidoras de Valores:** São intermediárias no mercado de capitais, facilitando a compra e venda de ações, títulos públicos e privados, como a XP Investimentos e a BTG Pactual Digital.

– **Financeiras:** Oferecem crédito direto ao consumidor, especialmente para compra de bens de consumo duráveis e financiamentos pessoais. Um exemplo clássico de financeira é a Losango.

– **Cooperativas de Crédito:** São associações financeiras que oferecem serviços bancários, como concessão de crédito, a seus associados. Exemplos incluem Sicredi e Sicoob.

– **Seguradoras:** Empresas que oferecem seguros e previdência, como a Porto Seguro e a SulAmérica.

– **Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (Financeiras):** Como a BV Financeira, focada em crédito ao consumidor e financiamento de veículos.

– **Sociedades de Arrendamento Mercantil (Leasing):** Empresas que operam no setor de leasing, como Bradesco Leasing, oferecendo contratos de arrendamento para aquisição de veículos ou equipamentos.

CONTABILIDADE

ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO

CAPÍTULO 1 – OBJETIVO DO RELATÓRIO FINANCEIRO PARA FINS GERAIS

Introdução

1.1 – O objetivo do relatório financeiro para fins gerais forma a base desta Estrutura Conceitual. Outros aspectos desta Estrutura Conceitual – as características qualitativas de informações financeiras úteis e a restrição de custo sobre tais informações, o conceito de entidade que reporta, elementos das demonstrações contábeis, reconhecimento e desreconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação – decorrem logicamente do objetivo.

Objetivo, utilidade e limitações do relatório financeiro para fins gerais

1.2 – O objetivo do relatório financeiro para fins gerais é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade. Essas decisões envolvem decisões sobre:

(A) Comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida;

(B) Conceber ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito; ou

(C) Exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração que afetam o uso dos recursos econômicos da entidade.

1.3 – As decisões descritas no item 1.2 dependem dos retornos que os existentes e potenciais investidores, credores por empréstimos e outros credores esperam, por exemplo, dividendos, pagamentos de principal e juros ou aumentos no preço de mercado. As expectativas dos investidores, credores por empréstimos e outros credores quanto aos retornos dependem de sua avaliação do valor, da época e da incerteza (perspectivas) de futuros fluxos de entrada de caixa líquidos para a entidade e de sua avaliação da gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade. Investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, precisam de informações para ajudá-los a fazer essas avaliações.

1.4 – Para fazer as avaliações descritas no item 1.3, os investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, precisam de informações sobre:

(A) Os recursos econômicos da entidade, reivindicações contra a entidade e alterações nesses recursos e reivindicações (ver itens de 1.12 a 1.21);

(B) A eficiência e eficácia da administração e do órgão de administração da entidade no cumprimento de suas responsabilidades sobre o uso dos recursos econômicos da entidade (ver itens 1.22 e 1.23).

1.5 – Muitos investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, não podem exigir que as entidades que reportam forneçam informações diretamente a eles, devendo se basear em relatórios financeiros para fins gerais para muitas das informações financeiras de que necessitam. Conseqüentemente, eles são os principais usuários aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais.

1.6 – Contudo, relatórios financeiros para fins gerais não fornecem nem podem fornecer todas as informações de que necessitam investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais. Esses usuários precisam considerar informações pertinentes de outras fontes, como, por exemplo, condições e expectativas econômicas gerais, eventos políticos e ambiente político e perspectivas do setor e da empresa.

1.7 – Relatórios financeiros para fins gerais não se destinam a apresentar o valor da entidade que reporta, mas fornecem informações para auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, a estimar o valor da entidade que reporta.

1.8 – Usuários primários individuais têm necessidades e desejos de informação diferentes e possivelmente conflitantes. Ao desenvolver as normas, busca-se fornecer um conjunto de informações que atenda às necessidades do maior número de principais usuários. Contudo, concentrar-se em necessidades de informação ordinárias não impede que a entidade que reporta inclua informações adicionais que sejam mais úteis para um subconjunto específico de principais usuários.

1.9 – A administração da entidade que reporta também está interessada em informações financeiras sobre a entidade. Contudo, a administração não precisa se basear em relatórios financeiros para fins gerais, pois ela pode obter internamente as informações financeiras de que precisa.

1.10 – Outras partes, como reguladores e o público em geral, que não investidores, credores por empréstimos e outros credores, podem também considerar relatórios financeiros para fins gerais úteis. Contudo, esses relatórios não são direcionados essencialmente a esses outros grupos.

1.11 – Em grande medida, relatórios financeiros baseiam-se em estimativas, julgamentos e modelos e, não, em representações exatas. Esta Estrutura Conceitual estabelece os conceitos subjacentes a essas estimativas, julgamentos e modelos. Os conceitos são a meta que os responsáveis pela elaboração (preparadores) de relatórios financeiros se esforçam por atingir. Como na maioria das metas, a visão desta Estrutura Conceitual de relatório financeiro ideal é improvável de ser atingida integralmente, ao menos não em curto prazo, pois leva

tempo para compreender, aceitar e implementar novas formas de analisar transações e outros eventos. Contudo, estabelecer uma meta a ser atingida é essencial para que o relatório financeiro evolua de modo a melhorar a sua utilidade.

Informações sobre recursos econômicos da entidade que reporta, reivindicações contra a entidade e alterações em recursos e reivindicações

1.12 – Relatórios financeiros, para fins gerais, fornecem informações sobre a posição financeira da entidade que reporta, as quais consistem em informações sobre os recursos econômicos da entidade e as reivindicações contra a entidade que reporta. Os relatórios financeiros fornecem ainda informações sobre os efeitos de transações e outros eventos que alteram os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta. Ambos os tipos de informações fornecem dados úteis para decisões referentes à oferta de recursos à entidade.

Recursos econômicos e reivindicações

1.13 – Informações sobre a natureza e os valores dos recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta podem auxiliar os usuários a identificar os pontos fortes e fracos financeiros da entidade que reporta. Essas informações podem auxiliar os usuários a avaliar a liquidez e solvência da entidade que reporta, suas necessidades de financiamento adicional e a sua probabilidade de êxito na obtenção desse financiamento. Essas informações também podem auxiliar os usuários a avaliar a gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade. Informações sobre prioridades e exigências de pagamento de reivindicações existentes auxiliam os usuários a prever como futuros fluxos de caixa serão distribuídos entre aqueles que tiverem reivindicações contra a entidade que reporta.

1.14 – Diferentes tipos de recursos econômicos afetam diferentemente a avaliação, por usuário, das perspectivas de fluxos de caixa futuros da entidade que reporta. Alguns fluxos de caixa futuros resultam diretamente de recursos econômicos existentes, tais como contas a receber. Outros fluxos de caixa resultam da utilização de vários recursos em conjunto para produzir e comercializar produtos ou serviços a clientes. Embora esses fluxos de caixa não possam ser identificados com recursos econômicos (ou reivindicações) individuais, os usuários de relatórios financeiros precisam conhecer a natureza e o valor dos recursos disponíveis para uso nas operações da entidade que reporta.

Alterações em recursos econômicos e reivindicações

1.15 – Alterações nos recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta resultam do desempenho financeiro dessa entidade (ver itens de 1.17 a 1.20) e de outros eventos ou transações, como a emissão de instrumentos de dívida ou de instrumentos patrimoniais (ver item 1.21). Para avaliar adequadamente tanto as perspectivas de fluxos de entrada de caixa futuros para a entidade que reporta quanto à gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade, os usuários precisam ser capazes de identificar esses dois tipos de mudanças.

1.16 – Informações sobre o desempenho financeiro da entidade que reporta ajudam os usuários a compreender o retorno produzido pela entidade sobre seus recursos econômicos. Informações sobre o retorno produzido pela entidade podem ajudar os usuários a avaliar a gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade. Informações sobre a variação e os componentes desse retorno também são importantes, especialmente na avaliação da incerteza dos fluxos de caixa futuros. Informações sobre o desempenho financeiro passado da entidade que reporta e sobre como a sua administração cumpriu suas responsabilidades de gestão de recursos são normalmente úteis para prever os retornos futuros da entidade sobre seus recursos econômicos.

Desempenho financeiro refletido pela contabilização pelo regime de competência

1.17 – O regime de competência reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta nos períodos em que esses efeitos ocorrem, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente. Isso é importante porque informações sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta e mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações durante o período fornecem uma base melhor para a avaliação do desempenho passado e futuro da entidade do que informações exclusivamente sobre recebimentos e pagamentos à vista durante esse período.

1.18 – Informações sobre o desempenho financeiro da entidade que reporta durante o período, refletidas por mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações, exceto aquelas resultantes da obtenção de recursos adicionais diretamente de investidores e credores (ver item 1.21), são úteis na avaliação da capacidade passada e futura da entidade de gerar fluxos de entrada de caixa líquidos. Essas informações indicam em que medida a entidade que reporta aumentou seus recursos econômicos disponíveis e, assim, a sua capacidade de gerar fluxos de entrada de caixa líquidos por meio de suas operações e, não, pela obtenção de recursos adicionais diretamente de investidores e credores. Informações sobre o desempenho financeiro da entidade que reporta durante o período também podem ajudar os usuários a avaliar a gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade.

1.19 – Informações sobre o desempenho financeiro da entidade que reporta durante o período podem indicar também em que medida eventos como alterações nos preços de mercado ou nas taxas de juros aumentaram ou diminuíram os recursos econômicos e reivindicações da entidade, afetando assim a capacidade da entidade de gerar fluxos de entrada de caixa líquidos.

Desempenho financeiro refletido por fluxos de caixa passados

1.20 – Informações sobre os fluxos de caixa da entidade que reporta durante o período também auxiliam os usuários a avaliar a capacidade da entidade de gerar futuros fluxos de entrada de caixa líquidos e avaliar a gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade. Essas informações indicam como a entidade que reporta obtém e despense caixa, incluindo informações sobre contratação e amortização de

dívida, dividendo em dinheiro ou outras distribuições de caixa a investidores, e outros fatores que podem afetar a liquidez ou solvência da entidade. Informações sobre fluxos de caixa auxiliam os usuários a compreender as operações da entidade que reporta, avaliar suas atividades de financiamento e investimento, avaliar sua liquidez ou solvência e interpretar outras informações sobre o desempenho financeiro.

Alterações em recursos econômicos e reivindicações não resultantes do desempenho financeiro

1.21 – Os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta podem sofrer alterações também por outras razões além do desempenho financeiro, como, por exemplo, a emissão de instrumentos de dívida ou de instrumentos patrimoniais. Informações sobre este tipo de alteração são necessárias para propiciar aos usuários pleno entendimento do motivo para as alterações nos recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta e das implicações dessas alterações em seu desempenho financeiro futuro.

Informações sobre o uso de recursos econômicos da entidade

1.22 – Informações sobre a eficiência e a eficácia da administração da entidade que reporta no cumprimento de suas responsabilidades sobre o uso dos recursos econômicos da entidade ajudam os usuários a avaliar a gestão de recursos da administração sobre esses recursos. Essas informações também são úteis para prever quão eficiente e eficazmente a administração usará os recursos econômicos da entidade em períodos futuros. Portanto, podem ser úteis para avaliar as perspectivas da entidade de futuros fluxos de entrada de caixa líquidos.

1.23 – Exemplos de responsabilidades da administração sobre o uso dos recursos econômicos da entidade incluem proteger esses recursos contra efeitos desfavoráveis de fatores econômicos, como mudanças de preços e tecnológicas, e garantir que a entidade cumpra as leis, regulamentos e disposições contratuais aplicáveis.

CAPÍTULO 2 – CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ÚTEIS

Introdução

2.1 – As características qualitativas de informações financeiras úteis discutidas neste Capítulo identificam os tipos de informações que tendem a ser mais úteis a investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, para que tomem decisões sobre a entidade que reporta com base nas informações contidas em seu relatório financeiro (informações financeiras).

2.2 – Relatórios financeiros fornecem informações sobre os recursos econômicos da entidade que reporta, reivindicações contra a entidade que reporta e os efeitos de transações e outros eventos e condições que alteram esses recursos e reivindicações. (Essas informações são referidas nesta Estrutura Conceitual como informações sobre os fenômenos econômicos.) Alguns relatórios financeiros incluem também material explicativo sobre as expectativas e estratégias da administração para a entidade que reporta e outros tipos de informações prospectivas.

2.3 – As características qualitativas de informações financeiras úteis se aplicam a informações financeiras fornecidas nas demonstrações contábeis, bem como a informações financeiras fornecidas de outras formas. O custo, que é uma restrição generalizada sobre a capacidade da entidade que reporta de fornecer informações financeiras úteis, se aplica de forma similar. Contudo, as considerações, ao se aplicarem as características qualitativas e a restrição de custo, podem ser diferentes para tipos diferentes de informações. Por exemplo, aplicá-las a informações prospectivas pode ser diferente de aplicá-las a informações sobre recursos econômicos e reivindicações existentes e a alterações nesses recursos e reivindicações.

Características qualitativas de informações financeiras úteis

2.4 – Se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.

Características qualitativas fundamentais

2.5 – As características qualitativas fundamentais são relevância e representação fidedigna.

Relevância

2.6 – Informações financeiras relevantes são capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários. Informações podem ser capazes de fazer diferença em uma decisão ainda que alguns usuários optem por não tirar vantagem delas ou já tenham conhecimento delas a partir de outras fontes.

2.7 – Informações financeiras são capazes de fazer diferença em decisões se tiverem valor preditivo ou valor confirmatório, ou ambos.

2.8 – Informações financeiras têm valor preditivo se podem ser utilizadas como informações em processos empregados pelos usuários para prever resultados futuros. Informações financeiras não precisam ser previsões ou prognósticos para ter valor preditivo. Informações financeiras com valor preditivo são empregadas por usuários ao fazer suas próprias previsões.

2.9 – Informações financeiras têm valor confirmatório se fornecem feedback sobre (confirmam ou alteram) avaliações anteriores.

2.10 – Os valores preditivo e confirmatório das informações financeiras estão inter-relacionados. Informações que possuem valor preditivo frequentemente possuem também valor confirmatório. Por exemplo, informações sobre receitas para o ano corrente, que podem ser utilizadas como base para prever receitas em anos futuros, também podem ser comparadas a previsões de receitas para o ano corrente que tenham sido feitas em anos anteriores. Os resultados dessas comparações podem ajudar o usuário a corrigir e a melhorar os processos que foram utilizados para fazer essas previsões anteriores.

Materialidade

2.11 – A informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar, razoavelmente, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais (ver item 1.5) tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre entidade específica

que reporta. Em outras palavras, materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade com base na natureza ou magnitude, ou ambas, dos itens aos quais as informações se referem no contexto do relatório financeiro da entidade individual. Consequentemente, não se pode especificar um limite quantitativo uniforme para materialidade ou predeterminar o que pode ser material em uma situação específica.

Representação fidedigna

2.12 – Relatórios financeiros representam fenômenos econômicos em palavras e números. Para serem úteis, informações financeiras não devem apenas representar fenômenos relevantes, mas também representar de forma fidedigna a essência dos fenômenos que pretendem representar. Em muitas circunstâncias, a essência de fenômeno econômico e sua forma legal são as mesmas. Se não forem as mesmas, fornecer informações apenas sobre a forma legal não representaria fidedignamente o fenômeno econômico (ver itens de 4.59 a 4.62).

2.13 – Para ser representação perfeitamente fidedigna, a representação tem três características. Ela é completa, neutra e isenta de erros. Obviamente, a perfeição nunca ou raramente é atingida. O objetivo é maximizar essas qualidades tanto quanto possível.

2.14 – A representação completa inclui todas as informações necessárias para que o usuário compreenda os fenômenos que estão sendo representados, inclusive todas as descrições e explicações necessárias. Por exemplo, a representação completa de grupo de ativos inclui, no mínimo, a descrição da natureza dos ativos do grupo, a representação numérica de todos os ativos do grupo e a descrição daquilo que a representação numérica retrata (por exemplo, custo histórico ou valor justo). Para alguns itens, uma representação completa pode envolver também explicações de fatos significativos sobre a qualidade e natureza do item, fatores e circunstâncias que podem afetar sua qualidade e natureza e o processo utilizado para determinar a representação numérica.

2.15 – A representação neutra não é tendenciosa na seleção ou na apresentação de informações financeiras. A representação neutra não possui inclinações, não é parcial, não é enfatizada ou deixa de ser enfatizada, nem é, de outro modo, manipulada para aumentar a probabilidade de que as informações financeiras serão recebidas de forma favorável ou desfavorável pelos usuários. Informações neutras não significam informações sem nenhum propósito ou sem nenhuma influência sobre o comportamento. Ao contrário, informações financeiras relevantes são, por definição, capazes de fazer diferença nas decisões dos usuários.

2.16 – A neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência. Prudência é o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão superavaliados e passivos e despesas não estão subavaliados. Da mesma forma, o exercício de prudência não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas. Essas divulgações distorcidas podem levar à superavaliação ou subavaliação de receitas ou despesas em períodos futuros.

2.17 – O exercício de prudência não implica necessidade de assimetria, por exemplo, a necessidade sistemática de evidência mais convincente para dar suporte ao reconhecimento de ativos ou receitas do que ao reconhecimento de passivos ou despesas. Essa assimetria não é característica qualitativa de informações financeiras úteis. Não obstante, determinadas normas podem conter requisitos assimétricos se isso for consequência de decisões que se destinam a selecionar as informações mais relevantes que representam fidedignamente o que pretendem representar.

2.18 – Representação fidedigna não significa representação precisa em todos os aspectos. Livre de erros significa que não há erros ou omissões na descrição do fenômeno e que o processo utilizado para produzir as informações apresentadas foi selecionado e aplicado sem erros no processo. Nesse contexto, livre de erros não significa perfeitamente precisa em todos os aspectos. Por exemplo, a estimativa de preço ou valor não observável não pode ser determinada como precisa ou imprecisa. Contudo, a representação dessa estimativa pode ser fidedigna se o valor for descrito de forma clara e precisa como sendo a estimativa, se a natureza e as limitações do processo de estimativa forem explicadas e se nenhum erro tiver sido cometido na escolha e na aplicação do processo apropriado para o desenvolvimento da estimativa.

2.19 – Quando valores monetários em relatórios financeiros não puderem ser observados diretamente e, em vez disso, devem ser estimados, surge incerteza na mensuração. O uso de estimativas razoáveis é parte essencial da elaboração de informações financeiras e não prejudica a utilidade das informações se as estimativas são descritas e explicadas de forma clara e precisa. Mesmo um elevado nível de incerteza na mensuração não impede necessariamente essa estimativa de fornecer informações úteis (ver item 2.22).

Aplicação das características qualitativas fundamentais

2.20 – As informações devem tanto ser relevantes como fornecer representação fidedigna do que pretendem representar para serem úteis. Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante nem a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomar boas decisões.

2.21 – O processo mais eficiente e eficaz para aplicar as características qualitativas fundamentais é, normalmente, o seguinte (observados os efeitos de características de melhoria e a restrição de custo, os quais não são considerados neste exemplo). Em primeiro lugar, identificar o fenômeno econômico, informações sobre o que é capaz de ser útil para os usuários das informações financeiras da entidade que reporta. Em segundo lugar, identificar o tipo de informação sobre esse fenômeno que é mais relevante. Em terceiro lugar, determinar se essas informações estão disponíveis e se podem fornecer representação fidedigna do fenômeno econômico. Em caso afirmativo, o processo para satisfazer às características qualitativas fundamentais se encerra nesse ponto. Em caso negativo, o processo é repetido com o próximo tipo de informação mais relevante.

2.22 – Em alguns casos, o ponto de equilíbrio (trade-off) entre as características qualitativas fundamentais pode precisar ser encontrado para atingir o objetivo do relatório financeiro, que é fornecer informações úteis sobre fenômenos econômicos. Por exemplo, as informações mais relevantes sobre um fenômeno podem ser uma estimativa altamente incerta. Em alguns casos,

GESTÃO DE RISCOS

CONCEITOS E TIPOS DE RISCO. RISCO DE CRÉDITO. RISCO DE MERCADO. RISCO DE VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS PARA OS INSTRUMENTOS CLASSIFICADOS NA CARTEIRA BANCÁRIA (IRRBB). RISCO OPERACIONAL RISCO DE LIQUIDEZ. RISCO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICO

CONCEITOS E TIPOS DE RISCO

No contexto bancário e financeiro, o conceito de risco está diretamente relacionado à possibilidade de que eventos inesperados possam afetar os resultados esperados, sejam eles financeiros ou operacionais. Para uma instituição financeira, a gestão de riscos é essencial, já que o setor lida diariamente com operações que envolvem grandes quantias de dinheiro, investimentos, crédito e interações com mercados voláteis. Ignorar ou subestimar esses riscos pode resultar em consequências graves, como perdas financeiras significativas, crises de liquidez, ou até mesmo a falência de instituições que, a princípio, pareciam estáveis.

Para cargos como o de Analista de Desenvolvimento, com foco em Gestão, Finanças e Controladoria, o conhecimento aprofundado sobre os tipos de riscos e suas formas de mitigação é uma competência fundamental. Esse profissional precisa ser capaz de entender e avaliar corretamente os riscos que impactam tanto as operações internas quanto as relações com o mercado financeiro. Além disso, é necessário propor estratégias eficazes de controle e governança, assegurando que as operações financeiras e de controladoria ocorram de maneira fluida e dentro dos padrões de conformidade estabelecidos.

A importância da gestão de riscos vai além da preservação de ativos. Ela também contribui para a estabilidade do sistema financeiro como um todo, já que um banco ou instituição em dificuldades pode gerar um efeito cascata, desestabilizando outros setores e criando um impacto generalizado no mercado. Portanto, as instituições financeiras desenvolvem sistemas robustos para identificar, monitorar e mitigar riscos, com base em regulamentações rigorosas, como aquelas estabelecidas pelo Acordo de Basileia III, que exige que os bancos mantenham níveis adequados de capital para lidar com crises.

— Conceito de Risco

O risco, no âmbito financeiro e bancário, refere-se à possibilidade de um evento inesperado ocorrer e impactar negativamente os resultados esperados de uma instituição. Em termos simples, risco é a chance de que algo saia do previsto, seja em operações financeiras, na execução de planos ou nas metas institucionais.

No setor bancário, isso se traduz na probabilidade de perdas financeiras ou outros tipos de prejuízos relacionados a uma série de fatores, como oscilações de mercado, inadimplência de clientes, falhas operacionais ou crises econômicas.

Diferença entre Risco e Incerteza

Um ponto crucial ao abordar o conceito de risco é diferenciá-lo de incerteza. Enquanto o risco envolve a previsão de resultados possíveis com base em dados ou análises, a incerteza diz respeito a situações nas quais não há informações suficientes para prever os desfechos. Em outras palavras, o risco pode ser calculado ou estimado, enquanto a incerteza, por sua própria natureza, é imprevisível.

Exemplo: Quando um banco empresta dinheiro a um cliente, ele enfrenta um risco de crédito — ou seja, a probabilidade de que o cliente não pague o empréstimo de volta. Nesse caso, o banco pode calcular esse risco com base em uma série de fatores, como o histórico de crédito do cliente, o cenário econômico e o valor do empréstimo.

No entanto, uma crise financeira repentina e inesperada que afete todo o sistema bancário seria uma incerteza, pois ninguém poderia prever exatamente quando e como ela aconteceria.

Classificações de Risco

No setor bancário, o risco pode ser classificado de várias formas, sendo cada uma delas associada a diferentes aspectos das operações financeiras. As principais categorias de risco incluem:

— **Risco de Mercado:** Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de flutuações nos preços de mercado, como taxas de juros, câmbio e ações.

— **Risco de Crédito:** Está relacionado à inadimplência ou deterioração da capacidade de pagamento dos devedores de uma instituição, como clientes que não honram empréstimos.

— **Risco Operacional:** Resulta de falhas em processos internos, pessoas, sistemas ou de fatores externos que impactem as operações, como fraudes ou desastres naturais.

— **Risco de Liquidez:** Refere-se à capacidade da instituição financeira de cumprir suas obrigações de curto prazo sem grandes perdas, seja convertendo ativos em caixa rapidamente ou obtendo crédito.

— **Risco Sistêmico:** É o risco de que um evento adverso em uma instituição ou mercado específico cause um impacto negativo em todo o sistema financeiro, levando a uma crise generalizada.

A Importância de Entender o Risco

Compreender e calcular o risco é essencial para a tomada de decisões dentro de uma instituição financeira. Isso ocorre porque as operações bancárias envolvem sempre um nível inerente de risco, seja na concessão de crédito, nas transações financeiras ou na gestão de ativos. Ao entender o risco, as instituições

podem implementar estratégias de mitigação e adotar medidas para reduzir a exposição a possíveis perdas. É aqui que entra o papel do Analista de Desenvolvimento, que deve avaliar o risco de diferentes projetos e operações, propondo maneiras de minimizar impactos negativos.

Por exemplo, na área de Finanças e Controladoria, o analista deve ser capaz de identificar como flutuações de mercado podem afetar a rentabilidade de certos investimentos ou como a falha de um processo interno pode impactar a saúde financeira da organização. Além disso, deve propor mecanismos de controle, como auditorias, segregação de funções e implementação de sistemas de monitoramento para garantir que o risco seja constantemente supervisionado e gerenciado.

Exemplos de Riscos Financeiros

Para tornar o conceito mais palpável, considere dois exemplos comuns de riscos financeiros:

– **Oscilação nas Taxas de Juros:** Imagine um banco que oferece um empréstimo com taxa de juros fixa a longo prazo. Se as taxas de juros de mercado aumentarem, o banco pode perder oportunidades de ganhos maiores, já que está recebendo uma taxa mais baixa do que a nova taxa de mercado.

– **Inadimplência:** Um banco que empresta a uma empresa de pequeno porte está sujeito ao risco de crédito. Se a empresa falir ou não conseguir gerar lucros suficientes para pagar o empréstimo, o banco terá de lidar com perdas financeiras.

Esses exemplos demonstram a relevância de se entender profundamente o conceito de risco no dia a dia das operações bancárias e financeiras, especialmente para aqueles envolvidos em gestão e controladoria, onde decisões estratégicas dependem diretamente da capacidade de identificar e mitigar esses riscos.

— Principais Tipos de Risco

Em uma instituição financeira, os riscos são inevitáveis e fazem parte do processo de tomada de decisões. No entanto, o gerenciamento eficaz desses riscos é crucial para garantir a sustentabilidade e o sucesso da instituição a longo prazo. Existem vários tipos de risco que impactam diretamente as operações bancárias e financeiras, sendo que cada um exige um conjunto de estratégias específicas de mitigação e controle. Aqui estão os principais tipos de risco:

Risco de Mercado

O risco de mercado refere-se à possibilidade de perdas resultantes de flutuações adversas nos preços de mercado, como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e commodities. Esse tipo de risco surge porque as instituições financeiras operam em um ambiente dinâmico e global, onde os preços dos ativos e das variáveis macroeconômicas estão constantemente mudando.

– **Taxa de juros:** O risco de variação das taxas de juros ocorre quando mudanças inesperadas nessas taxas afetam negativamente o valor de ativos ou passivos financeiros. Por exemplo, um aumento repentino nas taxas de juros pode reduzir o valor dos títulos de renda fixa de uma instituição.

– **Taxa de câmbio:** Para bancos que operam em várias moedas, a volatilidade nas taxas de câmbio pode gerar perdas significativas. Por exemplo, se um banco fez empréstimos em moeda

estrangeira e a moeda nacional se desvaloriza, o valor do passivo em moeda estrangeira aumentará, gerando um impacto negativo.

– **Mercado de ações:** Bancos que possuem carteiras de investimento expostas ao mercado de ações enfrentam riscos relacionados às variações nos preços das ações. Se o mercado se mover contra suas expectativas, o valor de sua carteira pode diminuir.

Mitigação do Risco de Mercado

As instituições financeiras utilizam diversas estratégias para mitigar o risco de mercado, como a diversificação de investimentos, o uso de derivativos financeiros (opções, futuros e swaps) e a adoção de hedge para proteger contra variações indesejadas nos preços de mercado.

Risco de Crédito

O risco de crédito é um dos principais desafios para instituições financeiras e refere-se à possibilidade de que um devedor não consiga honrar suas obrigações financeiras, resultando em inadimplência. Para os bancos, esse risco está diretamente ligado à concessão de empréstimos, financiamentos e operações de crédito.

– **Inadimplência:** Esse é o risco mais comum de crédito, quando um cliente (seja pessoa física ou jurídica) falha em pagar o montante devido, seja em empréstimos pessoais, financiamento de imóveis ou crédito empresarial.

– **Deterioração da qualidade do crédito:** Mesmo quando não ocorre inadimplência total, a capacidade de pagamento de um devedor pode se deteriorar, o que pode exigir renegociações ou levar a perdas financeiras.

Mitigação do Risco de Crédito

A mitigação desse risco envolve a utilização de ferramentas de avaliação de crédito, como análise de score de crédito e rating de empresas, além de medidas preventivas, como garantias colaterais e seguro de crédito. Além disso, as instituições bancárias devem manter uma provisão para devedores duvidosos (PDD) para cobrir possíveis perdas.

Risco Operacional

O risco operacional decorre de falhas em processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos que afetam negativamente a operação de uma instituição financeira. Esse risco inclui desde erros humanos até falhas tecnológicas, fraudes, desastres naturais e até mesmo crises de reputação.

– **Falhas em sistemas:** Uma falha em um sistema de TI, como a indisponibilidade de sistemas bancários online, pode afetar a capacidade de um banco de prestar serviços aos seus clientes, resultando em perdas financeiras e danos à reputação.

– **Erros humanos:** Erros cometidos por funcionários, seja no cálculo de taxas, lançamento de valores ou até na concessão de crédito indevido, podem causar prejuízos significativos à instituição.

– **Fraudes e crimes cibernéticos:** Em um ambiente digital cada vez mais sofisticado, os bancos estão expostos a fraudes internas e ataques cibernéticos, como roubo de dados e desvio de fundos.

Mitigação do Risco Operacional

Para mitigar o risco operacional, as instituições financeiras implementam sistemas robustos de controle interno, auditorias regulares, treinamento de funcionários e planos de contingência para lidar com desastres ou falhas críticas. Além disso, o uso de tecnologias de segurança cibernética tem se tornado essencial para proteger contra fraudes e ataques digitais.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez está relacionado à capacidade de uma instituição financeira de cumprir suas obrigações de curto prazo. Isso ocorre quando o banco não consegue converter rapidamente seus ativos em dinheiro ou obter financiamento para atender às suas demandas de caixa sem sofrer perdas significativas.

– **Desequilíbrio entre ativos e passivos:** Um banco pode enfrentar problemas de liquidez se os seus passivos de curto prazo (como depósitos à vista) excederem os ativos disponíveis que podem ser rapidamente convertidos em caixa.

– **Crises de confiança:** Em situações de crise, a confiança dos investidores e depositantes pode diminuir, gerando uma corrida por retiradas de fundos (bank run), o que agrava os problemas de liquidez.

Mitigação do Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez envolve manter um colchão de liquidez suficiente, geralmente através de ativos de alta liquidez, como títulos do governo. Além disso, os bancos devem estabelecer linhas de crédito de emergência com outras instituições financeiras e monitorar de perto o calendário de vencimento de seus passivos e ativos.

Risco Sistêmico

O risco sistêmico ocorre quando uma falha em uma instituição ou mercado específico tem o potencial de gerar um efeito dominó, impactando todo o sistema financeiro. Ele é amplificado em tempos de crise, como ocorreu durante a crise financeira global de 2008, quando a falência de grandes instituições financeiras afetou mercados e economias ao redor do mundo.

Mitigação do Risco Sistêmico

Para mitigar esse risco, existem regulamentações globais, como as normas de Basileia III, que exigem que os bancos mantenham níveis elevados de capital para suportar choques financeiros e crises. Além disso, a cooperação entre bancos centrais e instituições financeiras internacionais é fundamental para controlar riscos sistêmicos.

Cada um desses tipos de risco exige uma abordagem específica para ser monitorado e mitigado. No contexto da Gestão, Finanças e Controladoria, o Analista de Desenvolvimento tem um papel central na implementação de políticas de mitigação, assegurando que a instituição seja capaz de enfrentar os desafios impostos por esses riscos sem comprometer sua operação.

— Gestão de Riscos nas Instituições Financeiras

A gestão de riscos nas instituições financeiras é um conjunto de práticas e políticas que visa identificar, monitorar, avaliar e mitigar os diversos tipos de risco aos quais essas organizações estão expostas.

Dada a natureza das operações bancárias — que envolvem grandes quantias de dinheiro, empréstimos, investimentos e transações complexas —, a gestão eficaz de riscos é essencial para garantir a saúde financeira das instituições e a estabilidade do sistema financeiro como um todo.

O Papel da Governança Corporativa na Gestão de Riscos

A governança corporativa desempenha um papel crucial na gestão de riscos das instituições financeiras, pois estabelece a estrutura pela qual os bancos são geridos e controlados. A implementação de uma governança eficaz garante que as decisões sobre riscos sejam tomadas de forma transparente e responsável, considerando os interesses de todas as partes envolvidas, como acionistas, credores, reguladores e clientes.

Os principais pilares da governança de riscos incluem:

– **Segregação de funções:** Separar atividades-chave, como a concessão de crédito e a avaliação de risco, para evitar conflitos de interesse e fraudes.

– **Conselho de administração:** O conselho de administração tem um papel estratégico na supervisão da gestão de riscos. Ele define o apetite ao risco da instituição e assegura que as políticas de mitigação sejam seguidas corretamente.

– **Comitês de risco:** Esses comitês são formados por especialistas em finanças e operações, com a responsabilidade de supervisionar as políticas de risco, revisar exposições e assegurar a conformidade com as regulamentações.

Uma boa governança contribui para a criação de uma cultura de gestão de riscos dentro da organização, onde os riscos são identificados, mensurados e tratados em todos os níveis da instituição.

Ferramentas e Métodos de Mitigação de Riscos

A mitigação de riscos nas instituições financeiras envolve o uso de diversas ferramentas e métodos para reduzir a exposição a perdas e melhorar a capacidade de resposta a eventos adversos. Alguns dos métodos mais comuns incluem:

– **Hedge:** Uma das ferramentas mais amplamente usadas no gerenciamento de risco de mercado é o hedge, que envolve a utilização de instrumentos financeiros derivados (como futuros, opções e swaps) para proteger contra variações indesejadas em taxas de câmbio, taxas de juros ou preços de commodities.

– **Diversificação:** Para reduzir a exposição a um único tipo de risco, as instituições financeiras diversificam suas carteiras de ativos e passivos. Isso significa investir em uma variedade de instrumentos e mercados diferentes, o que diminui o impacto negativo caso um setor ou mercado específico enfrente dificuldades.

– **Limites de exposição:** Estabelecer limites claros para a exposição a determinados tipos de risco é uma prática comum. Por exemplo, definir o percentual máximo de ativos que pode ser exposto a uma moeda estrangeira ou o valor máximo que pode ser emprestado a um único setor econômico.

– **Modelos de mensuração de risco:** Métodos quantitativos, como o Value at Risk (VaR), são amplamente usados para calcular o valor máximo que a instituição pode perder em um determinado período, com base em condições de mercado normais. Além disso, os testes de estresse são utilizados para avaliar a resiliência de uma instituição em cenários extremos.

– **Seguros:** Para riscos específicos, como operacionais ou de crédito, algumas instituições optam por adquirir seguros que cobrem possíveis perdas em eventos de falha sistêmica, fraudes ou inadimplência de clientes.

Compliance e Regulamentações

A conformidade com as regulamentações é um componente essencial da gestão de riscos nas instituições financeiras. Várias normas são impostas por órgãos reguladores nacionais e internacionais, visando garantir que as instituições mantenham uma gestão prudente de seus riscos. Algumas das principais regulamentações incluem:

– **Acordo de Basileia III:** Esse conjunto de regras globais foi desenvolvido para fortalecer a regulação, supervisão e gestão de risco do setor bancário. Ele exige que os bancos mantenham um nível mínimo de capital próprio para absorver perdas em tempos de crise, além de garantir que mantenham reservas de liquidez suficientes para cobrir as obrigações de curto prazo.

Basileia III introduziu métricas como o Índice de Liquidez de Curto Prazo (LCR), que garante que as instituições financeiras possam resistir a um cenário de estresse de 30 dias, e o Índice de Liquidez de Longo Prazo (NSFR), que visa garantir o equilíbrio entre ativos e passivos de longo prazo.

– **CVM (Comissão de Valores Mobiliários):** No Brasil, a CVM é responsável por regulamentar o mercado de capitais, assegurando que as instituições sigam padrões de governança corporativa e transparência nas suas operações, reduzindo assim os riscos de fraudes e manipulação de mercado.

– **Banco Central:** Em nível nacional, o Banco Central do Brasil regula e supervisiona o setor bancário, com o objetivo de assegurar que os bancos mantenham práticas prudenciais adequadas e sigam diretrizes para proteger o sistema financeiro.

Integração da Gestão de Riscos nas Operações Bancárias

Para que a gestão de riscos seja eficaz, ela deve ser integrada a todas as operações da instituição financeira. Isso significa que o Analista de Desenvolvimento, por exemplo, precisa trabalhar em conjunto com diversas áreas, como tesouraria, controladoria e departamento de crédito, para garantir que as políticas de mitigação de riscos sejam seguidas em todas as frentes.

Essa integração envolve:

– **Monitoramento contínuo:** Ferramentas e sistemas avançados são utilizados para monitorar, em tempo real, a exposição da instituição a diferentes riscos, alertando sobre potenciais problemas antes que eles causem perdas significativas.

– **Planejamento estratégico:** A gestão de riscos deve estar atrelada ao planejamento estratégico da organização. Um banco que pretende expandir suas operações em mercados internacionais, por exemplo, deve considerar o impacto de riscos cambiais e políticos ao traçar suas estratégias de crescimento.

– **Treinamento constante:** Os funcionários devem estar cientes dos riscos inerentes às suas operações e ser treinados em como identificar, reportar e mitigar possíveis exposições. Um erro humano em uma área crítica pode causar prejuízos financeiros e danos à reputação da instituição.

O Papel da Tecnologia na Gestão de Riscos

A tecnologia tem desempenhado um papel cada vez mais importante na gestão de riscos nas instituições financeiras. Sistemas integrados permitem monitorar em tempo real as exposições ao risco e identificar padrões que possam sinalizar potenciais problemas.

– Inteligência artificial (IA) e análise preditiva são usadas para prever riscos operacionais, como fraudes, com base em comportamentos anômalos detectados em grandes volumes de dados.

– Blockchain oferece uma camada adicional de segurança em transações financeiras, mitigando o risco de fraudes e manipulação de dados.

Além disso, as plataformas tecnológicas de gestão de riscos permitem que as instituições financeiras respondam rapidamente a mudanças de mercado, ajustando suas exposições e estratégias de mitigação em tempo real.

A gestão de riscos é, portanto, uma disciplina ampla e essencial que permeia todas as operações das instituições financeiras. Para o Analista de Desenvolvimento com foco em Gestão, Finanças e Controladoria, o entendimento profundo dessas ferramentas e práticas é crucial para assegurar que a instituição permaneça segura e competitiva em um ambiente de negócios cada vez mais desafiador.

Impacto dos Riscos na Área de Finanças e Controladoria

A gestão de riscos desempenha um papel central na área de Finanças e Controladoria dentro das instituições financeiras. O Analista de Desenvolvimento com foco nessas áreas precisa compreender não apenas os diferentes tipos de risco, mas também como eles influenciam diretamente as decisões financeiras e os controles internos.

A interdependência entre a gestão de riscos e as operações financeiras diárias é crucial para a estabilidade e a eficiência da instituição.

Tomada de Decisões Financeiras Sob Risco

Em Finanças, a tomada de decisões sob risco é uma constante. Seja em questões de investimento, alocação de capital, concessão de crédito ou planejamento financeiro, as decisões precisam levar em consideração os diferentes tipos de riscos que podem impactar os resultados esperados.

– **Decisões de investimento:** Ao decidir em quais ativos investir, o analista deve avaliar os riscos de mercado, como variações de preços de ações, taxas de câmbio ou taxas de juros. Por exemplo, em momentos de alta volatilidade no mercado de câmbio, uma empresa que opera internacionalmente deve ponderar o risco de desvalorização da moeda e como isso pode afetar seus investimentos.

– **Alocação de capital:** A gestão de riscos ajuda a determinar quanto capital deve ser alocado para cada tipo de ativo. Um banco, por exemplo, pode decidir diversificar suas reservas entre diferentes tipos de ativos para mitigar o risco de uma eventual crise em um setor específico. Assim, a análise de risco influencia diretamente na distribuição dos recursos financeiros, garantindo maior segurança e rentabilidade.

Planejamento Financeiro e Estratégico

O planejamento financeiro de uma instituição precisa considerar cenários de risco para projetar suas operações a longo prazo. Isso envolve a criação de diferentes cenários — otimista, pessimista e conservador — para determinar como o banco ou

CONCEITO E FUNÇÕES DO CRÉDITO

O crédito é um dos pilares fundamentais do sistema financeiro moderno e desempenha um papel crucial na movimentação da economia. Em termos simples, crédito pode ser definido como a confiança mútua entre uma instituição financeira, ou credor, e um indivíduo ou empresa, o devedor, em que há a concessão de recursos com o compromisso de devolução futura, geralmente acrescido de juros. Essa dinâmica permite que pessoas físicas e jurídicas realizem investimentos e despesas antes de possuírem os recursos necessários, fomentando o desenvolvimento econômico.

A importância do crédito vai além da simples concessão de dinheiro. Ele viabiliza a expansão de negócios, possibilita o financiamento de grandes aquisições, e promove o consumo, garantindo que a economia continue a crescer. Para governos e empresas, o crédito se torna um mecanismo essencial para alavancar projetos de infraestrutura, inovações e a própria competitividade no mercado global.

Além disso, o crédito possui uma série de funções que ajudam a manter o equilíbrio econômico e social. Ele não apenas facilita o consumo e o investimento, mas também atua na redistribuição de recursos dentro da sociedade, ao possibilitar que indivíduos de diferentes classes sociais tenham acesso a bens e serviços que, sem o crédito, estariam fora de alcance.

— Conceito de Crédito

O crédito pode ser definido como a confiança depositada por uma instituição financeira, como um banco, ou por qualquer credor, em um indivíduo ou empresa, que assume o compromisso de devolver uma quantia de dinheiro ou outro ativo em uma data futura, normalmente acrescido de juros ou outras formas de compensação. Esse mecanismo permite a antecipação de recursos que o tomador ainda não possui, criando condições para o consumo imediato ou investimento.

O termo “crédito” vem do latim *credere*, que significa “acreditar”. Assim, a base do crédito é a confiança de que o devedor cumprirá com sua obrigação de reembolsar o valor emprestado no prazo acordado. Para que essa confiança seja estabelecida, as instituições financeiras analisam fatores como o histórico de pagamento, a capacidade de pagamento futura (através da análise de renda e fluxo de caixa), além das garantias apresentadas.

Tipos de Crédito

Existem várias modalidades de crédito que são amplamente utilizadas tanto por pessoas físicas quanto por empresas. As mais comuns incluem:

– **Crédito Pessoal:** Esse tipo de crédito é concedido a indivíduos para finalidades pessoais, como pagar contas, comprar bens de consumo ou lidar com emergências. Normalmente, o crédito pessoal é oferecido por meio de empréstimos pessoais, cartões de crédito ou linhas de crédito rotativas.

– **Crédito Comercial:** É oferecido a empresas para a realização de atividades operacionais, como compra de insumos, investimentos em maquinário ou expansão de negócios. O crédito comercial pode ser oferecido em diversas modalidades, como capital de giro e crédito empresarial.

– **Crédito Imobiliário:** Voltado para a aquisição de imóveis, essa modalidade geralmente envolve grandes valores e prazos mais longos. O financiamento imobiliário, em especial, tem sido um motor importante para o mercado de construção civil.

– **Crédito Rural:** Destinado a produtores rurais, o crédito rural é concedido com condições diferenciadas para promover a produção agrícola e pecuária. O governo frequentemente atua com subsídios nesse tipo de crédito, visando fortalecer o setor agropecuário.

– **Crédito Consignado:** É uma modalidade de crédito pessoal onde o valor das parcelas é descontado diretamente da folha de pagamento do tomador. Esse tipo de crédito oferece menor risco ao banco, o que geralmente se reflete em taxas de juros mais baixas.

Cada uma dessas modalidades possui características e regras próprias, atendendo a diferentes necessidades do mercado. A flexibilidade no uso e a diversidade de produtos de crédito são fatores que tornam esse instrumento financeiro tão amplamente utilizado.

Diferença entre Crédito e Empréstimo

Embora os termos crédito e empréstimo sejam frequentemente usados como sinônimos, eles têm significados ligeiramente distintos. Um empréstimo é uma transação específica na qual o credor entrega uma quantia ao devedor, que se compromete a devolver o valor acrescido de juros em parcelas, geralmente fixas, ao longo de um período definido.

O crédito, por outro lado, é um conceito mais amplo. Ele abrange não só os empréstimos, mas também linhas de crédito rotativas (como o cheque especial e o cartão de crédito), além de outras modalidades onde o tomador pode utilizar o recurso conforme sua necessidade, com certa flexibilidade para pagamento.

– **Empréstimo:** Valor fixo a ser pago em parcelas.

– **Crédito:** Disponibilidade de valor que pode ser utilizado conforme a necessidade, com flexibilidade de pagamento.

A principal diferença está, portanto, na forma de utilização. No caso do empréstimo, o devedor recebe todo o valor de uma só vez e paga de forma parcelada. Já no crédito, o valor é disponibilizado, e o devedor pode utilizar conforme sua necessidade, pagando apenas o montante efetivamente utilizado.

— Funções do Crédito na Economia

O crédito exerce funções essenciais que vão muito além da simples concessão de recursos financeiros. Ele é um dos motores que impulsionam o crescimento econômico, facilitando o consumo, os investimentos e a circulação de bens e serviços. Ao permitir que indivíduos e empresas tenham acesso a recursos que ainda não possuem, o crédito promove um ciclo de desenvolvimento e inovação. Nesta seção, vamos explorar as principais funções do crédito na economia, destacando sua importância como catalisador de progresso e bem-estar social.

Facilitação de Investimentos e Consumo

Uma das principais funções do crédito é permitir que pessoas e empresas realizem investimentos e consumo imediato, sem a necessidade de acumular previamente todos os recursos financeiros. Esse aspecto é especialmente importante em situações onde o investimento gera retornos futuros, como na compra de maquinário para uma empresa ou na aquisição de uma casa própria para uma família.

– **Para as empresas:** O crédito facilita a compra de insumos, expansão de instalações e inovação, gerando aumento de produção e competitividade. Empresas podem contratar mais funcionários e aumentar sua produtividade sem depender de reservas prévias, o que fomenta o crescimento econômico.

– **Para os indivíduos:** O crédito pessoal permite que as pessoas realizem compras de maior valor, como automóveis ou eletrodomésticos, parcelando os pagamentos ao longo do tempo. Além disso, o crédito imobiliário permite que muitas famílias adquiram sua casa própria, algo que seria inviável sem o financiamento.

Esses dois aspectos — consumo e investimento — são cruciais para o crescimento econômico de curto e longo prazo. O crédito alavanca o consumo imediato e proporciona o capital necessário para investimentos produtivos, criando um ciclo positivo de desenvolvimento econômico.

Incentivo à Produção e Circulação de Bens e Serviços

Ao facilitar o acesso a recursos financeiros, o crédito incentiva a produção e a circulação de bens e serviços, promovendo um aumento geral da atividade econômica. Quando empresas e consumidores têm acesso a crédito, há um aumento na demanda por bens e serviços, o que estimula a produção industrial e a prestação de serviços.

Por exemplo:

- Empresas podem expandir sua produção para atender a uma demanda crescente que só é possível graças ao crédito concedido aos consumidores.

- Os consumidores, por sua vez, podem adquirir produtos que antes não estavam ao seu alcance imediato, o que aumenta o volume de negócios no mercado e gera um efeito multiplicador na economia.

Além disso, o crédito permite que as empresas utilizem capital emprestado para investimentos em inovação e tecnologia, o que pode aumentar a competitividade e produtividade, gerando novos empregos e contribuindo para o desenvolvimento econômico.

Fomento ao Desenvolvimento Econômico

O crédito desempenha um papel vital no fomento ao desenvolvimento econômico de longo prazo, pois permite que grandes projetos, tanto públicos quanto privados, sejam financiados e executados. Governos, por exemplo, frequentemente utilizam crédito para realizar investimentos em infraestrutura, como construção de estradas, hospitais e escolas, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável de uma nação.

– **Investimentos em infraestrutura:** Financiados por crédito público ou privado, esses projetos podem gerar empregos, melhorar a eficiência dos transportes e impulsionar a qualidade de vida da população.

– **Desenvolvimento de setores produtivos:** O crédito agrícola, por exemplo, permite que pequenos e médios produtores invistam em maquinário, tecnologia e expansão de suas áreas de cultivo, aumentando sua produtividade e competitividade no mercado.

Esses investimentos não seriam viáveis sem o crédito, já que a maioria dos projetos requer recursos financeiros muito superiores aos disponíveis em caixa no curto prazo. Portanto, o crédito atua como um mecanismo que possibilita o crescimento sustentável e a modernização da economia.

Promoção da Inclusão Financeira

Outra função importante do crédito na economia é promover a inclusão financeira, permitindo que pessoas de baixa renda ou com menos acesso a recursos financeiros possam participar do sistema econômico de forma mais ativa. O crédito, quando concedido de forma responsável, possibilita que essas pessoas invistam em educação, habitação e pequenos negócios, gerando um ciclo de prosperidade.

Por exemplo, o microcrédito, uma modalidade específica de crédito voltada para empreendedores de baixa renda, tem se mostrado uma ferramenta eficaz no combate à pobreza. Ele oferece pequenas quantias de dinheiro a juros mais acessíveis para que microempreendedores possam iniciar ou expandir seus negócios, melhorando sua qualidade de vida e dinamizando as economias locais.

Estabilidade e Crescimento Econômico

Ao permitir que os recursos financeiros circulem com mais eficiência entre os agentes econômicos, o crédito também ajuda a estabilizar a economia e sustentar seu crescimento. Em tempos de crise, o acesso a crédito pode ser uma ferramenta vital para manter empresas e famílias funcionando, evitando uma desaceleração brusca da economia.

- Para as empresas, o crédito pode servir como uma “válvula de escape” em momentos de crise, permitindo que elas se mantenham operacionais mesmo com quedas temporárias na receita.

- Para os governos, o crédito permite que medidas anticíclicas sejam adotadas, como o aumento de investimentos em infraestrutura e a criação de empregos, estimulando a economia em tempos de recessão.

Em suma, o crédito é um dos pilares da economia moderna, facilitando o consumo, os investimentos, a produção de bens e serviços, além de fomentar o desenvolvimento econômico de forma sustentável. Sua função não se limita a prover recursos fi-

nanceiros, mas também atua como um agente de transformação social e inclusão financeira, essencial para o crescimento e a estabilidade de qualquer país.

— Função Monetária do Crédito

O crédito tem uma função fundamental na economia, não apenas como um meio de financiamento para consumo e investimentos, mas também como um instrumento que afeta diretamente a circulação da moeda e a oferta monetária. Quando as instituições financeiras concedem crédito, elas desempenham um papel crucial na criação de moeda, especialmente através da chamada moeda escritural. Esta seção examinará como o crédito impacta a oferta monetária, o papel dos bancos nesse processo e as implicações para a economia como um todo.

Expansão da Circulação Monetária

Uma das funções monetárias mais significativas do crédito é a ampliação da circulação da moeda na economia. Isso ocorre porque, ao conceder crédito, os bancos criam moeda de forma indireta. Diferentemente do que muitos imaginam, a concessão de crédito não está limitada apenas ao dinheiro físico (notas e moedas) que os bancos possuem em seus cofres. Em vez disso, quando um banco aprova um crédito, ele cria moeda escritural, ou seja, um registro contábil que representa o valor que o cliente pode utilizar.

Por exemplo, quando uma pessoa contrata um empréstimo de R\$ 10.000,00 em um banco, essa quantia não precisa estar disponível em espécie. O banco credita esse valor diretamente na conta do cliente, criando assim moeda escritural. Esse dinheiro passa a circular na economia, mesmo que não tenha sido emitido fisicamente pelo Banco Central.

Esse processo de multiplicação da moeda é conhecido como efeito multiplicador bancário. Cada novo crédito concedido cria novos depósitos, que, por sua vez, podem ser utilizados para gerar mais crédito. Esse ciclo aumenta significativamente a oferta de moeda na economia, e, por isso, os bancos desempenham um papel fundamental na política monetária.

Papel dos Bancos na Concessão de Crédito

Os bancos são os principais agentes na concessão de crédito, e, ao desempenharem essa função, ajudam a regular a quantidade de dinheiro em circulação. Quando uma instituição financeira concede crédito a uma empresa ou a um indivíduo, ela não apenas aumenta a liquidez no mercado, mas também contribui para o dinamismo econômico.

Há dois tipos de moeda na economia:

— **Moeda manual:** composta pelas notas e moedas em circulação;

— **Moeda escritural:** composta pelos depósitos à vista e outras formas de crédito que circulam no sistema bancário.

A moeda escritural é responsável por uma parte significativa das transações econômicas em países desenvolvidos e emergentes, como o Brasil. Esse tipo de moeda é criado pelos bancos através dos depósitos de seus clientes e pela concessão de crédito. Ao permitir que os clientes utilizem cheques, cartões de crédito e transferências eletrônicas, os bancos aumentam a velocidade com que a moeda circula na economia, facilitando transações e investimentos.

No entanto, essa criação de moeda escritural é monitorada e regulada pelo Banco Central, que utiliza ferramentas como o depósito compulsório (percentual que os bancos são obrigados a manter em reserva) e a taxa de juros básica para controlar a quantidade de crédito que pode ser criado. Isso é fundamental para evitar que o excesso de crédito na economia gere inflação, que ocorre quando há mais dinheiro circulando do que bens e serviços disponíveis.

Efeitos do Crédito sobre a Oferta Monetária

A concessão de crédito tem um impacto direto sobre a oferta monetária, que é a quantidade total de dinheiro disponível na economia. O Banco Central de cada país, incluindo o Banco Central do Brasil (Bacen), monitora essa oferta por meio de indicadores como o M1 (moeda em circulação mais depósitos à vista) e o M2 (M1 mais depósitos a prazo). A criação de crédito pelos bancos comerciais aumenta esses agregados monetários, pois, ao concederem crédito, os bancos colocam mais dinheiro em circulação.

— **Oferta Monetária e Inflação:** Quando a oferta de crédito aumenta significativamente, mais dinheiro circula na economia. Se esse aumento na oferta de moeda não for acompanhado de um aumento correspondente na produção de bens e serviços, o excesso de liquidez pode gerar inflação. Isso acontece porque, com mais dinheiro disponível, os consumidores podem demandar mais produtos, levando à alta dos preços.

— **Oferta Monetária e Crescimento Econômico:** No entanto, o crédito também tem um papel positivo na promoção do crescimento econômico. Quando bem direcionado, ele pode estimular investimentos produtivos que aumentam a capacidade de produção da economia. Em termos práticos, isso significa que o crédito pode ajudar empresas a investir em novas tecnologias, expandir suas operações e gerar empregos, o que contribui para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

A Relação entre Crédito e Política Monetária

A política monetária de um país é influenciada diretamente pela concessão de crédito, já que o Banco Central utiliza as taxas de juros como um dos principais instrumentos para controlar a oferta de crédito. Quando a taxa básica de juros (Selic, no caso do Brasil) é elevada, o custo do crédito aumenta, desestimulando o consumo e os investimentos. Isso reduz a quantidade de crédito em circulação e, conseqüentemente, a oferta monetária, ajudando a conter a inflação.

Por outro lado, quando o Banco Central reduz a taxa de juros, o crédito se torna mais barato e acessível, incentivando o consumo e os investimentos. Esse aumento na concessão de crédito gera um efeito multiplicador, expandindo a oferta de moeda na economia e estimulando o crescimento econômico.

O equilíbrio entre incentivar o crescimento econômico e controlar a inflação é um dos maiores desafios das políticas monetárias em qualquer país. Por isso, o Banco Central precisa monitorar constantemente o volume de crédito que circula na economia e ajustar as taxas de juros de acordo com os objetivos macroeconômicos.

Crédito e Criação de Moeda Escritural

Como mencionado, os bancos criam moeda escritural ao conceder crédito. Quando um cliente solicita um empréstimo, o banco não precisa necessariamente transferir dinheiro físico; em

vez disso, ele deposita o valor diretamente na conta do cliente, criando um registro eletrônico (moeda escritural). Esse dinheiro pode ser usado para transações econômicas, como qualquer outro dinheiro em espécie, o que aumenta a liquidez no mercado.

Esse processo de criação de moeda escritural é fundamental para o funcionamento de economias modernas, onde a maior parte das transações é realizada eletronicamente. No entanto, o excesso de moeda escritural pode gerar bolhas de crédito e crises financeiras, como a que ocorreu em 2008, quando a excessiva concessão de crédito imobiliário nos Estados Unidos gerou uma crise sistêmica.

A função monetária do crédito é uma das mais importantes para o equilíbrio macroeconômico. O crédito não apenas facilita a circulação de moeda, mas também afeta a oferta monetária de um país, influenciando diretamente o nível de preços e o crescimento econômico. Bancos e instituições financeiras desempenham um papel crucial na criação de moeda escritural, enquanto o Banco Central é responsável por regular e controlar esse processo, equilibrando as necessidades de crescimento e estabilidade econômica.

— Função de Redistribuição de Renda

Além de seu papel monetário e de fomento ao crescimento econômico, o crédito desempenha uma importante função social, contribuindo para a redistribuição de renda e promovendo a inclusão financeira.

Quando concedido de forma responsável e acessível, o crédito pode funcionar como uma ferramenta que permite a indivíduos e grupos com menos recursos melhorar suas condições de vida, aumentar sua capacidade produtiva e, em última instância, reduzir desigualdades sociais. No entanto, o mau uso ou a oferta indiscriminada de crédito também pode gerar efeitos contrários, ampliando o endividamento e perpetuando ciclos de exclusão.

Crédito e Inclusão Financeira

O crédito tem um papel essencial na inclusão financeira, que consiste em garantir o acesso de todas as camadas da sociedade, especialmente as mais vulneráveis, a serviços financeiros formais. Esse acesso é fundamental para promover a equidade social e o desenvolvimento econômico. A inclusão financeira permite que mais pessoas participem ativamente da economia, possam empreender, adquirir bens de primeira necessidade e planejar seu futuro financeiro.

Algumas modalidades de crédito desempenham um papel central nesse processo, como o microcrédito, que é voltado para pequenos empreendedores de baixa renda. O microcrédito permite que esses indivíduos, que muitas vezes não têm acesso ao sistema bancário tradicional, obtenham financiamentos para investir em pequenos negócios, como vendas de produtos artesanais, pequenos comércios ou serviços. Essa forma de crédito tem se mostrado eficiente em regiões de menor desenvolvimento econômico, ajudando a gerar emprego e renda em comunidades carentes.

— **Exemplo de sucesso:** No Brasil, o microcrédito tem sido utilizado para fortalecer pequenos negócios e promover o empreendedorismo em comunidades periféricas, principalmente através de programas governamentais e de bancos públicos. Esse tipo de crédito facilita o acesso de pessoas de baixa renda a capital, permitindo que se desenvolvam economicamente e gerem mais oportunidades em suas regiões.

Redistribuição de Renda e Mobilidade Social

Uma das funções mais importantes do crédito é promover a redistribuição de renda, permitindo que pessoas e grupos que, tradicionalmente, têm menor acesso a recursos financeiros, possam investir em suas habilidades, educação, moradia e negócios. Quando um indivíduo de baixa renda tem acesso a crédito para investir em educação, por exemplo, ele aumenta suas chances de melhorar sua condição socioeconômica no futuro.

Essa mobilidade social pode ser facilitada pelo crédito em várias formas:

— **Crédito para educação:** O crédito estudantil permite que jovens de famílias de baixa ou média renda possam financiar seus estudos, o que aumenta suas chances de qualificação e empregabilidade. Em muitos casos, o acesso ao crédito é o único meio de financiar cursos superiores, técnicos ou de especialização, o que pode representar uma transformação significativa na trajetória profissional e econômica desses indivíduos.

— **Crédito habitacional:** O crédito imobiliário possibilita que famílias adquiram sua casa própria, o que não apenas melhora sua qualidade de vida, mas também gera um impacto positivo no patrimônio familiar. A posse de um imóvel é, muitas vezes, um fator que contribui para a estabilidade financeira de longo prazo, além de representar uma forma de segurança contra crises econômicas.

Esses dois exemplos mostram como o crédito pode atuar como um instrumento de redistribuição de renda ao permitir que pessoas que não teriam condições de acessar certos bens e serviços possam fazê-lo de maneira escalonada, pagando de forma parcelada ao longo do tempo. Isso democratiza o acesso a bens de maior valor, como educação e habitação, e reduz as barreiras para o crescimento econômico individual.

Possíveis Efeitos Sociais Positivos

A concessão de crédito, quando bem regulada e acessível, pode gerar uma série de efeitos sociais positivos. Entre eles, destacam-se:

— **Redução da pobreza:** O acesso ao crédito pode permitir que famílias e pequenos empreendedores superem condições de pobreza extrema. Com o financiamento adequado, é possível investir em pequenas atividades produtivas, o que gera renda e promove a melhoria das condições de vida.

— **Empoderamento feminino:** Em diversas partes do mundo, o crédito tem sido usado como uma ferramenta para empoderar mulheres economicamente. Programas de microcrédito voltados para mulheres têm ajudado a diminuir a desigualdade de gênero e a aumentar a participação feminina em atividades econômicas.

— **Desenvolvimento comunitário:** O crédito voltado para pequenas comunidades permite que projetos locais de desenvolvimento, como cooperativas e pequenas empresas, tenham acesso a capital para crescer. Isso fortalece a economia local e gera mais empregos nas próprias comunidades, reduzindo a necessidade de migração para grandes centros urbanos.

Riscos e Desafios do Crédito na Redistribuição de Renda

Apesar dos potenciais benefícios sociais do crédito, existem também riscos e desafios. Quando não utilizado de maneira responsável ou quando oferecido de forma excessiva e indiscriminada, o crédito pode gerar um ciclo de endividamento que, em vez de promover mobilidade social, leva à perpetuação da pobreza e exclusão.